

caderno de
propostas



Dani 50.000
Portela Deputada Estadual

sumário

Eixo 01 - ENFRENTAR OPRESSÕES E REDUZIR DESIGUALDADES

PÁG. 08 Políticas para as mulheres

PÁG. 15 Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial

PÁG. 21 LGBTQIAPN+

PÁG. 26 Pessoas com deficiência

PÁG. 33 Juventudes

Eixo 02 - GARANTIR E AMPLIAR DIREITOS

PÁG. 40 Educação

PÁG. 47 Saúde

PÁG. 55 Cultura

PÁG. 61 Direito à cidade

PÁG. 67 Memória, verdade e justiça

PÁG. 73 Segurança pública e direitos humanos

PÁG. 80 Economia, trabalho e renda

PÁG. 86 Agroecologia, soberania alimentar e meio ambiente





 **FLOR NA
CABEÇA E
ESPERANÇA
NO PEITO**





apresentação

Se você chegou até aqui, provavelmente já deve saber que eu sou Dani Portela. Mulher negra de pele clara, filha por adoção de um ex-presos político que foi vitimado por terríveis torturas durante o último período de ditadura militar em nosso país, mãe de Alice, historiadora, professora e advogada. Estou vereadora em Recife e candidata a Deputada Estadual de Pernambuco.

A candidatura atual é mais um passo na minha história que se acelerou em 2018 quando assumi a missão de liderar uma chapa majoritária que disputou o Governo de Pernambuco. Com pouquíssimo orçamento para aquela campanha, enfrentei – junto com o meu partido – uma disputa por corações e mentes. Conquistamos o apoio de milhares de pessoas e nos fortalecemos com a militância de base e o bem qualificado debate de ideias e propostas para tornar o nosso estado um lugar ainda melhor. Encontrei apoio nas mais diversas áreas onde me apresentei, mostrei que eu e o PSOL temos muita capacidade de ocupar espaços de poder e governar cidades, estados e todo este nosso país. Por tudo isso, conquistamos os votos de 188.087 pessoas.

Naquela campanha, eu reforcei minha certeza de que “Eu sou porque nós somos”, este princípio da filosofia Ubuntu me ajuda a manter a compreensão de que sou parte de algo maior e coletivo. De acordo com esta filosofia de origem ancestral africana, nós só nos concretizamos como pessoas por meio de outras pessoas e, portanto, não podemos ser plenamente humanos sozinhos. Este é o fundamento da minha atuação na política. Por causa disso, decidi continuar contribuindo para as disputas institucionais e colaborar para a ampliação do único partido político em que militei na minha vida. Temos nos fortalecido e crescido sem abrir mão de continuar a ser um partido onde não cabem golpistas nem fascistas! Assim, em 2020, eu me candidatei a vereadora da capital pernambucana e fui eleita como a mulher negra mais votada naquele ano e em toda a história da Câmara Municipal do Recife. Assim, espero contribuir para ampliar a bancada do PSOL no Legislativo Estadual.



Como “eu sou porque nós somos”, reuni muitas parcerias no processo de elaboração de propostas para minha atuação como deputada. Este processo foi realizado com o diálogo franco e sincero com pessoas, organizações e movimentos sociais que me inspiram e ajudam a definir prioridades de atuação. Para concretizar essa construção coletiva, realizamos ao longo de nossa pré-campanha um conjunto de reuniões transmitidas simultaneamente pela internet. Chamamos estas reuniões de Papos Abertos. O objetivo destes Papos foi avançar nos diálogos com agentes importantes em diferentes áreas de atuação e absorver o máximo possível de suas contribuições em relação a cada tema que definimos como estratégico para o parlamento estadual. Estes papos começaram com um pequeno núcleo de colaboradores que foram fundamentais para planejar e sistematizar os debates internos que realizamos durante a pré-campanha. Além deles, toda a equipe de campanha participou e contribuiu para mobilizar e tornar possível a realização dos Papos. Porém, o fundamental é que sempre estive muito bem acompanhada nessas experiências, foram centenas de pessoas que passaram por esse processo de diálogo. Nunca esquecerei que pude contar com todas elas para refletir sobre o que preciso fazer como deputada estadual, guardarei com especial carinho a lembrança de que estas pessoas dedicaram algum tempo de suas vidas para ajudar a construir este Caderno de Propostas. Muito obrigada!

Vale ainda dizer que eu participei pessoalmente de todos estes Papos Abertos. Digo isso não porque considere que a minha presença seja a única forma de construir e vencer as batalhas que precisamos enfrentar. Como eu acredito que “eu sou porque nós somos”, tenho muita convicção de que minhas lutas são também de outras pessoas. Este Caderno de Propostas é um importante produto do processo de diálogo que constituiu estes Papos Abertos, ele reflete as 13 reuniões que realizamos e, portanto, tem o mesmo número de temas estratégicos. Assim, este documento se concretiza como uma carta de compromisso para minha atuação no Legislativo estadual. Não existe nenhuma obrigação legal para que candidaturas proporcionais apresentem um plano de atuação, mas fizemos isso na eleição para a vereança em Recife e voltamos a fazer nesta eleição porque consideramos muito importante planejar nossa atuação. O planejamento é um excelente ponto de partida para uma ação responsável. Precisamos passar as canetas da lei e da gestão para mãos mais responsáveis. Nosso Estado merece e precisa de mais atenção e competência política e administrativa na gestão e na legislação. Pernambuco pode melhorar!

Este Caderno de Propostas é uma plataforma para minha atuação futura; com ele, eu e a equipe teremos mais uma base de consulta e orientação para o desenvolvimento de nosso trabalho na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Estruturamos nosso planejamento em dois eixos, que constituem as maiores convergências de minha atuação. O primeiro eixo reúne as ações focadas em enfrentar opressões e reduzir desigualdades. O segundo se foca na diretriz de garantir e ampliar direitos. Para efeitos de planejamento, agrupamos, de um lado, as propostas que se referem a segmentos da população que têm sido historicamente mais oprimidos e vulnerabilizados. No outro eixo concentramos propostas que versam sobre políticas universais e territoriais. Os eixos se complementam mutuamente, pois sabemos que aquilo que enfrenta opressões e reduz desigualdades também garante direitos e vice-versa. Assim, agrupamos os treze temas que integram as estratégias da atuação que pretendemos concretizar na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em cada tema, distribuem-se as centenas de



propostas que reúnem muitas contribuições oriundas dos Papos Abertos e foram acrescentadas de outros compromissos que assumirei como deputada estadual de Pernambuco. Além das contribuições produzidas nos papos abertos, também nos inspiramos muito no documento intitulado “Direito ao Futuro”, que é o programa do PSOL para as eleições de 2022 e, obviamente, nas proposições que apresentamos nas eleições anteriores. As pessoas que quiserem acompanhar meu trabalho encontrarão neste Caderno de Propostas uma boa mostra do que pretendemos fazer nos próximos quatro anos.

Extraímos deste documento, uma Carta de Prioridades de Dani Portela na ALEPE; esta Carta é uma síntese de nossa proposta de atuação no Legislativo estadual, ela contém 50 proposições que consideramos prioritárias e estão melhor explicadas neste Caderno de Propostas, que evidencia a importância de cada tema estratégico e registra como eles entraram na minha trajetória pessoal e se afirmam como urgentes no Pernambuco de hoje.

Além das propostas relacionadas com cada eixo, tenho três propostas que se atravessam simultaneamente nestes eixos e também são prioridades para a minha atuação na ALEPE. A primeira delas diz respeito à intenção de resistir a qualquer indício de autoritarismo. Diretamente relacionada a esta proposta de respeito à democracia, destaco meu compromisso de incidir na Assembleia Legislativa para fortalecer e ampliar a participação popular na gestão e legislação estadual. Por fim, mas não menos importante, minha terceira proposta transversal consiste em articular diferentes forças políticas para a necessidade de revisar a Constituição Estadual de Pernambuco em matéria de orçamento público. Nosso estado é um dos poucos onde o Poder Legislativo tem mais limitações do que as previstas na Constituição Federal em relação ao processo orçamentário. Isso reduz a prática democrática porque limita a ação legislativa e não dá condições adequadas para o pleno funcionamento do sistema de controle mútuo dos diferentes Poderes.

Por fim, quero dizer que – como “eu sou porque nós somos” – não estranhe a mudança do sujeito desta publicação, pois eu sou Dani Portela e não estou sozinha! Por isso, neste Caderno de Propostas, às vezes escrevo me referindo a mim como pessoa individual, mas em muitos lugares escrevemos como uma pessoa coletiva, a primeira pessoa do plural, nós. Essa alternância existe porque a minha atuação está sendo construída junto com muita gente. Espero que toda essa gente boa e muitas outras pessoas possam dizer “Nós somos Dani Portela”. Eu sou a mulher da flor, mas não carrego esta flor sozinha. Bote a estrela no peito e a flor na cabeça, venha semear com a gente. Espero que meu nome e a minha pessoa ajudem a representar a semente de um mundo melhor, que muitos de nós estamos dispostos a plantar, cultivar e ajudar a fazer com que floresça. Com o seu apoio, espero em breve poder espalhar essa semente na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Dani 50.000
Portela Deputada Estadual





EIXO 1

ENFRENTAR OPRESSÕES E
REDUZIR DESIGUALDADES



políticas para as mulheres

Começo este Caderno de Propostas com o tema de políticas para as mulheres porque esta é uma marca da minha trajetória, desde o nascimento, passando por boa parte de minha atuação política e profissional. Eu me junto a muitas outras mulheres na expectativa e na luta por uma sociedade melhor para as mulheres, principalmente, para as negras e periféricas. Sabemos que quando o nosso país for melhor para as mulheres, ele também será melhor para todas as pessoas. Falo em mulheres no plural porque sou apenas uma delas e porque somos muito diversas, temos diferentes origens, crenças, credos, religiosidades, idades, vivências, profissões, orientação sexual, sexualidade, raças etc. Somos mulheres cis, trans, travestis, lésbicas, bissexuais, com deficiência, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais, mulheres vivendo com HIV/Aids, mães, profissionais de saúde e tantas outras. Sonhamos com cidades, estados e países governados por mulheres comprometidas com as nossas pautas, que promovam geração de emprego e renda, que se preocupem com a empregabilidade das mulheres, que consigam aumento e ampliação de creches, escolas em tempo integral e tantos outros direitos que impactam diretamente nas nossas vidas. Queremos falar sobre direito das mulheres à cidade, sobre segurança e sobre tantas pautas que nos atravessam, como direitos sexuais e reprodutivos, saúde, educação, etc.

A gente vive no quinto país mais violento para as mulheres e num estado em que 86 mulheres foram mortas por feminicídio em 2021, o que dá mais de sete por mês, como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹. Além disso, em 45 dias, quatro travestis foram assassinadas neste ano². Não é aceitável que Pernambuco seja o estado onde, a cada hora, cinco mulheres registrem violências, conforme aponta Dossiê elaborado pela Articulação Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado de Pernambuco³. A própria forma como se organizam as delegacias dificulta o acesso ao direito de prestar queixa e buscar justiça:

1 <https://fogocruzado.org.br/artigo-feminino-como-alvo/>

2 <https://www.brasildefatoe.com.br/2022/02/16/ao-menos-tres-travestis-foram-assassinadas-em-apenas-um-fim-de-semana-em-pernambuco>

3 <https://marcozero.org/cinco-mulheres-sao-violentadas-a-cada-hora-em-pernambuco-e-movimentos-exigem-politicas-publicas/>



30% das delegacias não possuem delegados titulares, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS)⁴. Muitos serviços não funcionam 24h, fazendo com que muitas mulheres só possam buscar ajuda entre 8h e 17h. Nesse cenário, lutamos ainda para sermos atendidas de forma acolhedora e sem pré-julgamentos.

Sabemos que, além de campanhas de conscientização em relação às violências contra as mulheres, é preciso prevenir e evitar de forma efetiva a morte de mulheres. Prevenir violências contra as mulheres implica, dentre outras coisas, em garantir investimentos em geração de emprego e renda. Para muitas mulheres, a primeira forma de violência é a econômica, o que as leva a outra forma de opressão e violência, que é de ordem psicológica e, por sua vez, às demais formas de violência contra as mulheres no âmbito moral, físico e sexual. Enfrentar as violências é também possibilitar às mulheres o cuidado em relação à saúde mental para que se fortaleçam e rompam o ciclo de relacionamento abusivo. Prevenir violências contra as mulheres é também falar de ampliação de creches e de horários de funcionamento de creches e escolas, para garantir que as mulheres mães e cuidadoras possam estudar, trabalhar, se divertir etc.

Defendemos que os serviços de atenção e proteção às mulheres atuem de forma articulada e que os dados sobre violência estejam disponíveis num único canal, pois para planejar políticas públicas de forma mais eficaz, é fundamental que os dados estejam disponíveis. Não é admissível que a gente more no estado em que 99,5% dos empregos formais perdidos em 2020, no auge da pandemia de Covid19, tenham sido de mulheres. Não é admissível que o desemprego em nosso país e em nosso Estado tenha o rosto de mulheres negras e com baixa escolaridade. Denunciamos também que as mulheres estão adoecidas não só física, mas mentalmente, faltam profissionais adequados para atendê-las e tratá-las. Sabemos que as políticas estão interligadas e, juntas, podem promover vida digna para as mulheres.

Ainda vivemos na cultura do estupro, que naturaliza essa forma de violência. São mais de 180 estupros por dia no Brasil. A cada oito minutos, uma mulher é estuprada e, a cada 15 minutos no Brasil, uma criança de até 13 anos é estuprada e 80% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontecem em suas próprias casas, que deveriam ser um lugar seguro.

O estado que a gente quer é aquele em que as mulheres possam viver sem medo, sair de casa e se deslocar em segurança, ter uma gestação, um parto e um puerpério com dignidade, acolhimento e respeito, ter pleno acesso aos serviços de saúde e não ser violentadas, desfrutar plenamente de suas sexualidades e viver com justiça reprodutiva e com suporte adequado de políticas públicas que contribuam efetivamente para a criação e proteção das filhas e dos filhos. O estado que a gente quer é também aquele onde possamos falar de cuidado, autocuidado, de moradia digna, de cultura, lazer, esporte, economia feita pelas e para as mulheres. A gente quer, sobretudo, que o Governo de Pernambuco priorize as mulheres no planejamento orçamentário e na execução das políticas públicas, levando em consideração suas especificidades, sejam elas cisgêneras, transsexuais, travestis, lésbicas, com deficiência, idosas etc. É pela vida das mulheres!

4 <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/11/14354971-descaso-30-das-delegacias-em-pernambuco-nao-tem-delegados-titulares.html>



Diante disso, propomos:

- Fiscalizar se está sendo implementada a Formação da Promoção da Igualdade de Gênero no Ensino Fundamental;
- Defender uma educação para a diversidade, com práticas de enfrentamento ao racismo, ao machismo e à LGBTQIA+fobia;
- Monitorar a oferta e a demanda de centros de referência e casas-abrigo no estado, bem como se a estrutura física e profissional é suficiente;
- Fiscalizar os serviços que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Pernambuco;
- Defender uma rede integrada de serviços de saúde e de enfrentamento à violência;
- Incidir para que todas as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM) funcionem 24h por dia e 7 dias na semana e que haja humanização no atendimento;
- Reivindicar capacitação permanente sobre diversidade de gênero e raça às equipes da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Defender ações de caráter preventivo, no campo da educação, e criação de programas de responsabilização e reflexão para homens autuados por crimes de violência contra a mulher, com o objetivo de diminuir os níveis de reincidência e produzir masculinidades calcadas no respeito e na não-violência;
- Reivindicar a criação do Observatório Estadual da Violência contra a Mulher para subsidiar a formulação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher;
- Apoiar a implementação de pacto ou programa estadual de enfrentamento à violência contra a mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem à superação da discriminação racial e de gênero;
- Cobrar que o Formulário Nacional de Avaliação de Risco seja preenchido nos serviços que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;
- Defender que o Estado fomente a existência de Centros de referências de atendimento à mulher em todas as cidades de Pernambuco para que as mulheres não fiquem desassistidas ou precisem se deslocar para outros territórios;
- Defender o diálogo do estado com as gestões municipais para divulgar os serviços de atendimento e proteção às mulheres em situação de violência e levar o debate para as comunidades;
- Elaborar um projeto de lei para indenização às mulheres vítimas de estupro;
- Defender que o Governo do Estado implante práticas de defesa pessoal para mulheres nas aulas de educação física a partir da educação infantil até a universidade em toda a rede de ensino particular, filantrópico e público, contemplando a capoeira, jiu-jitsu, muay thay e todas as práticas disponíveis no território;



- Defender a acessibilidade de mulheres com deficiência às delegacias e aos meios de denunciar as violências sofridas por elas;
- Legislar para que seja feito concurso público para dotar a Secretaria Estadual da Mulher de equipe profissional efetiva;
- Acompanhar as atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-PE);
- Incentivar e debater sobre como as empresas e os órgãos públicos podem assegurar espaços para que as crianças de até 12 anos possam ficar enquanto as mães e os pais trabalham;
- Cobrar que a gestão estadual garanta espaço nas festas públicas de grande aglomeração um local reservado e adequado para crianças de até 12 anos e seus responsáveis;
- Reivindicar que sejam realizadas campanhas educativas sobre o respeito à maternidade digna como ferramenta de provocar o debate sobre justiça reprodutiva e a proteção das crianças;
- Cobrar que o estado realize gratuitamente atividades culturais no período de férias para crianças em que as responsáveis e os responsáveis estejam trabalhando
- Atuar para garantir que as dimensões de gênero e raça sejam incorporadas na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de todas as políticas e programas implementados pela gestão estadual;
- Monitorar nas peças orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) a suficiência de recursos para a ampliação e o funcionamento com excelência dos órgãos que lidam diretamente com as políticas para as mulheres;
- Realizar audiências públicas sobre temas específicos que impactam, principalmente, a vida das mulheres, como segurança, fornecimento de água, violência doméstica, mortalidade materna, dentre outros;
- Lutar, sobretudo, pelo fim da violência contra as mulheres e pela saúde da mulher em todos os ciclos de vida;
- Cobrar que seja assegurada a decisão do STF para que mulheres com filhas e filhos de até 12 anos possam cumprir prisão domiciliar;
- Reivindicar ações que visem à prevenção e ao combate a qualquer forma de violência contra as mulheres cisgêneras e transgêneras;
- Defender a realização de campanhas de enfrentamento ao racismo, ao feminicídio, à violência doméstica e sexual contra as mulheres cisgêneras e transgêneras;
- Cobrar a criação de espaços de referência para atendimento, acolhimento e reinserção no mercado de trabalho de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias e que sejam de fácil acesso;
- Reivindicar políticas e programas para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres com qualificação profissional, estímulo às ações afirmativas nas empresas fornecedoras



da gestão estadual e também ações de produção e comercialização com base na economia solidária;

- Cobrar a criação de programas específicos de Geração de Trabalho e Renda, destacando os modelos de cooperativismo e associativismo numa perspectiva da Economia Solidária, incentivando a participação de mulheres negras;
- Cobrar o desenvolvimento e implementação de programas de fortalecimento sociopolítico e econômico voltados para as mulheres, principalmente, as negras, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LBTs) e com deficiência;
- Cobrar a realização de ações afirmativas para maior inserção da mulher no mercado de trabalho, sobretudo, as negras, LBTs e com deficiência;
- Realizar audiência pública sobre violências obstétricas e morbi-mortalidade materna;
- Cobrar que a gestão estadual implemente e monitore a mudança do modelo de assistência obstétrica, atualmente centrado em profissionais da medicina, para uma estratégia multiprofissional que incentive o parto normal e respeite o protagonismo da parturiente, como também monitore as irregularidades e denúncias recebidas;
- Acompanhar as reuniões e encaminhamentos do Comitê Estadual de Estudos de Mortalidade Materna;



- Cobrar do Governo de Pernambuco que monitore rigorosamente as demandas, ofertas, funcionamento e financiamento de maternidades/Casas de Parto nos municípios para reduzir o número de gestantes vindas do interior para a capital do estado e, conseqüentemente, reduzir a superlotação de serviços de saúde do Recife e possibilitar mais proximidade da parturiente com seus familiares;
- Defender que o Governo de Pernambuco distribua absorventes para pessoas que menstruam e que estejam em situação de vulnerabilidade social;
- Propor ao Governo de Pernambuco a distribuição gratuita de contraceptivos orais e injetáveis em farmácias cadastradas;
- Defender o diálogo do estado com as gestões municipais para que disponibilize teste rápido de gravidez na atenção básica;
- Fiscalizar se o estado está garantindo os serviços de abortamento assegurados pela legislação brasileira;
- Defender a implementação de grupos terapêuticos, através das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs), especificamente, para mulheres, através do SUS de acordo com a legislação;
- Defender que sejam promovidas práticas de cuidado e autocuidado no estado como um todo para as mulheres;
- Cobrar a formação de profissionais de saúde para lidar com as questões específicas das mulheres que lésbicas, travestis e transexuais, que compõem o segmento LGBTQIAPN+;
- Cobrar políticas de saúde mental, sobretudo, para mulheres negras e periféricas;
- Cobrar políticas públicas efetivas que garantam a justiça reprodutiva e saúde sexual;
- Incidir pela garantia da acessibilidade comunicacional nos centros de saúde, com atenção especial aos hospitais que tratam da saúde da mulher, maternidades e hospitais que acolham mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica;
- Cobrar a realização do exame da eletroforese da hemoglobina e coombs indireto durante o pré-natal e o devido acompanhamento às gestantes com doença falciforme.







Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial

Quem me acompanha sabe que a pauta do enfrentamento ao racismo é basilar na minha história e na minha atuação política. Assumi, como vereadora do Recife, o compromisso de trabalhar em prol da equidade étnico-racial por acreditar, inclusive, que a persistência do racismo impede de concretizar uma democracia plena. Com a presente candidatura à deputada estadual, reafirmo este meu compromisso, agora o ampliando para todo o estado de Pernambuco. Estado em torno do qual nasceu o mito da democracia racial, mas que, na prática, é umas regiões do país onde podemos visualizar com mais nitidez que a população não-branca não tem igualdade de oportunidades e direitos. Assim, seguirei lutando na pauta antirracista em busca da concretização de uma sociedade justa e igualitária para todas as pessoas, o que é pressuposto da plenitude do estado democrático.

Como bem destacam os movimentos sociais, o racismo não é uma invenção da população negra, mas sim um sistema de dominação e opressão contra grupos raciais e étnicos que historicamente passam por processos de exclusão e vulnerabilização social. Nosso desejo, enquanto militantes da pauta, é um dia não precisarmos mais falar sobre o racismo e as desigualdades geradas por ele, mas diariamente continuamos a nos confrontar com tantos casos e com uma sociedade que segue estruturada por esse sistema, que segue indispensável enfrentar o racismo e lutar pela promoção da igualdade étnico-racial. Estamos falando não somente de relações pautadas no racismo, mas de uma estrutura que acaba por determinar as posições sociais a serem ocupadas pelas pessoas em função de sua cor; o racismo ainda estrutura o modo como muitas pessoas acessam ou não o direito a viver de forma plena e justa.

Para falar de enfrentamento ao racismo, preciso inicialmente lembrar um pouco da história da nossa nação: o Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Como falei acima, foi em torno de terras e pessoas pernambucanas que se difundiu para o mundo a ideia de que aqui existia uma democracia racial. Em paralelo a essa mitológica democracia, continuava-se a empregar a



estratégia de miscigenação como diretriz política para branqueamento dos negros brasileiros e apagamento da história de violência a fomos submetidos em meio ao projeto colonial e que, de vários modos, continuamos a ser confrontados no presente. A eugenia marcou toda uma era da política brasileira, que tentou nos excluir do mercado de trabalho, do projeto modernizador e de industrialização nacional. Mas nós sempre fomos um povo lutador e, enquanto tentavam nos matar, nós nos comprometíamos a resistir.

Sabemos que muito tempo se passou, mas nos dias atuais a fome e o desemprego voltaram a ser uma realidade para a população brasileira, estamos em um país em que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹, quase 50% das crianças vivem na pobreza e mais de 24 milhões de pessoas não sabem se vão comer alguma coisa durante as 24 horas do dia. O mais alarmante é que durante o governo Bolsonaro mais de 2 milhões de famílias entraram na extrema pobreza. Sabemos que a fome no Brasil tem cor, ela atinge diretamente a maioria das famílias negras. Não por acaso, 6 em cada 10 famílias chefiadas por pessoas negras, convivem com algum nível de insegurança alimentar em nosso país². Não é essa a sociedade que queremos.

Outros povos também estão sofrendo com o contexto político brasileiro. Desde 2019, a violência contra indígenas aumentou em 150%³. São ameaças de morte, homicídios e tentativas de homicídio, violência sexual, lesão corporal dolosa, racismo e discriminação étnico-cultural. Além disso, há um número crescente de suicídios e de mortalidade infantil contra povos indígenas que vivem constantemente sendo ameaçados e atacados pelos defensores do agrogócio. Não é à toa que os números de violência têm aumentado diante de um governo que disse expressamente que não assinaria a demarcação de nenhuma nova terra indígena. Como se não bastasse isso, o Governo Federal ainda dificulta a finalização do processo de demarcação e registro de 536 terras indígenas. É nítido que não existe possibilidade de pensar equidade étnico-racial sem pensar nos povos indígenas e em como o racismo tem atuado no contexto brasileiro histórico e contemporâneo.

Eu sempre digo que o racismo não nos dá trégua e se apresenta nas mais variadas formas. Uma de suas manifestações mais fortes em nosso estado é de ordem religiosa. O racismo religioso dialoga com a violência histórica que o povo negro tem sofrido. Segundo dados do Disque 100, entre 2015 e 2019, os casos de intolerância religiosa aumentaram 197% e cerca de 60% desses casos são contra as religiões de matriz africana. Por isso, reafirmamos o que o movimento negro defende: não estamos falando simplesmente de intolerância, mas de racismo. O crescimento da violência contra o povo negro está diretamente ligado ao avanço da violência contra os territórios que esse povo ocupa e constrói. Não é coincidência esse aumento na mesma época em que existe o aumento da fome, de assassinatos protagonizados pela polícia ou do aumento da população carcerária, que nesse país tem como maior vítima a população negra.

Não podemos esquecer que vivemos no estado onde 97,3% das pessoas assassinadas pelas polícias no ano de 2020 eram negras. A violência sofrida pela população negra se aprofunda, principalmente quando pensamos o contexto pernambucano, dando-nos elementos para

1 <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

2 Idem

3 <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/30/casos-de-violencia-contraindigenas-aumentam-150-no-primeiro-ano-de-bolsonaro>



afirmar que continua em curso a tentativa de extermínio do povo negro, mas nós continuamos nos comprometendo a resistir. Em 2021, Pernambuco teve o terceiro maior número de assassinatos do país. Quando olhamos a taxa proporcional, segundo o Monitor da Violência, Pernambuco é o estado brasileiro que mais assassina pessoas por 100 mil habitantes, um dos piores estados para um jovem negro viver no país, segundo o Mapa da Violência. Estamos no centro da violência, dentro de um dos países mais violentos do mundo, mas ainda temos outra questão: nesse mesmo estado, segundo o Mapa da Violência de 2020, está uma das piores cidades para uma pessoa negra viver, o Cabo de Santo Agostinho. Como aponta o levantamento Fogo Cruzado, este é o município do Grande Recife onde tiroteios e homicídios mais aumentaram no ano de 2022. ou melhor, a cidade onde existe a maior desigualdade entre brancos e negros do Brasil, que é o Cabo de Santo Agostinho. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social⁴, somente em fevereiro de 2022, foram registrados mais de 30 homicídios na cidade. Sabemos quais corpos são atingidos por essas balas e por isso denunciemos que continuam a tentar exterminar o povo negro, em especial, a juventude negra. Em busca de mudar essa realidade, que insiste em tirar nossas vidas, eu tenho me movido.

Por isso, é indispensável que a gente se pergunte quais políticas afirmativas Pernambuco tem hoje para enfrentar as desigualdades e promover a equidade racial. Quais programas do atual Governo de fato reconhecem a população negra como um grupo social que tem direitos garantidos? Como o Governo de Pernambuco tem atuado para garantir o direito à vida para a população negra? Quando fazemos essas perguntas básicas e olhamos os números do estado, vemos que a resposta é que o povo negro ainda luta para ser considerado humano no contexto pernambucano e brasileiro, pois a nossa humanidade ainda não é garantida na realidade cotidiana do nosso estado e do país. Por isso, as propostas deste tema de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial levam em conta o grande desafio de transformar Pernambuco em um estado mais seguro para a população negra, para os povos indígenas e para os ciganos.

Por isso, as propostas da nossa candidatura ao Legislativo Estadual para enfrentamento ao racismo são:

- Ampliar o debate sobre a criação de delegacia especializada no atendimento de racismo em Pernambuco;
- Monitorar dados sensíveis visando a enfrentar e combater as subnotificações referentes a casos de racismo no sistema de justiça;
- Defender a criação de centros de referência que acolham vítimas de racismo em caráter multidisciplinar e interdisciplinar, garantindo em especial o acolhimento psicológico, jurídico e socioassistencial;
- Elaborar políticas públicas que estimulem a população pernambucana a conscientizar-se sobre a necessidade de enfrentamento ao racismo para concretização da democracia;
- Defender a criação de um memorial e de um espaço público de referência do povo negro e de outros povos tradicionais em Pernambuco;

⁴ <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/23/com-30-assassinatos-em-janeiro-cabo-de-santo-agostinho-tem-maior-numero-mensal-de-homicidios-desde-2004.ghtml>



- Reivindicar a criação de uma Secretaria de Estado que pautar a promoção da igualdade racial com garantia de dotação orçamentária;
- Fiscalizar nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a previsão de recursos para enfrentamento ao racismo, bem como monitorar a execução financeira deste orçamento no âmbito estadual para garantir políticas de promoção de igualdade racial;
- Fiscalizar a implementação no estado da Lei Federal 10.639/2003, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira;
- Fortalecer o Dia Nacional da Consciência Negra, no âmbito estadual.
- Defender a implementação em Pernambuco da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Reivindicar o preenchimento do quesito raça/cor nos instrumentos de coleta de dados na Saúde, e a realização de treinamento para abordagem, análise e ampla divulgação do perfil da saúde da população negra;
- Defender o acesso à saúde das populações quilombolas e de outros povos tradicionais;
- Defender o fortalecimento da participação dos movimentos negros na esfera de controle social das políticas de saúde, garantindo os princípios da gestão participativa do SUS;
- Defender o fortalecimento da participação dos movimentos negros na esfera de controle social das políticas de educação;
- Defender o fortalecimento da participação dos movimentos negros na esfera de controle social das políticas de Assistência Social;
- Defender o fortalecimento da participação dos movimentos negros na esfera de controle social das políticas de segurança pública e direitos humanos;
- Incentivar a realização de pesquisas sobre Saúde da População Negra;
- Fomentar a valorização dos saberes e práticas populares de saúde, em especial, os produzidos pelas religiões afro-indígenas;
- Legislar para o enfrentamento de práticas do racismo obstétrico;
- Defender a realização de campanhas informativas para a população negra sobre cuidados com a saúde, em especial, sobre doenças que acometem principalmente a população negra, a exemplo da anemia falciforme, Diabetes mellitus (tipo II), Hipertensão arterial e Deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase;
- Reivindicar a efetivação da Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias;
- Fortalecer as representações dos povos e comunidades tradicionais e representações do Movimento Negro no Comitê Estadual de Saúde da População Negra e nos Conselhos de Saúde;



- Fomentar, junto à gestão estadual, campanhas educativas nas diversas mídias sobre racismo e temas relacionados à saúde e aos direitos da população negra;
- Defender a elaboração, reprodução e distribuição de materiais educativos (com campanhas acessíveis em braile, audiodescrição, letras ampliadas e libras) sobre racismo e temas relacionados à saúde da população negra;
- Promover a inserção da juventude negra no debate das políticas públicas voltadas para a população negra;
- Fomentar políticas públicas para reconhecimento formal dos territórios tradicionais, que correspondem ao conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais de garantia do bom cumprimento da função social da propriedade e das condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica destes territórios, com preservação de seus recursos ambientais naturais;
- Fortalecer as políticas de ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades;
- Pautar a implementação da reserva de vagas para pessoas negras e indígenas nos concursos públicos do estado de Pernambuco;
- Legislar com vistas à criação de uma Comissão de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo na Assembleia Legislativa;
- Legislar para a criação do Estatuto da Igualdade Racial de Pernambuco;
- Legislar com vistas à criação de um selo de igualdade racial, que incentive empresas e órgãos públicos do estado a desenvolver políticas afirmativas de equidade racial e diversidade em suas estruturas internas;
- Incentivar a criação de um Plano Estadual de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, com especial atenção às emergências climáticas, levando em conta as áreas que têm déficit habitacional no estado.



**NÃO VÃO
NOS
CALAR!**

MARIELLE PRESENTE



VOCE FOI
LUTA NOS
REMO
SISTEM



LGBTQIAPN+

Começo este tópico lembrando que eu ouço com muita frequência, principalmente de pessoas provenientes de setores conservadores da sociedade, que LGBTQIAPN+ seria apenas “um conjunto de letras” de difícil compreensão. Sempre que escuto isso, eu faço questão de afirmar que “Não estamos falando de letras, mas de vidas, de pessoas com direitos que precisam ser garantidos”. Não me canso de explicar que esta sigla representa o conjunto de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

Reduzir LGBTQIAPN+ a um conjunto de letras de difícil compreensão é negar a importância da luta, das pautas e da existência das pessoas que compõem o segmento LGBTQIAPN+. Estas pessoas estão presentes no cotidiano da nossa sociedade e são vitimadas pela sistemática ausência de políticas que garantam seus direitos. As vidas das pessoas que compõem este segmento populacional são frequentemente atravessadas por discriminações, exclusões e violências sofridas por conta das suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais. Muitas vezes as vidas de pessoas LGBTQIAPN+ são violentamente encurtadas por manifestações cruéis de preconceito; isto é inadmissível!

Lembro a vocês que nosso estado é o quinto estado que mais mata pessoas trans no Brasil. Esse não é o estado que queremos! Queremos um estado onde a população LGBTQIAPN+ tenha acesso a direitos como educação, saúde, emprego e renda, assistência social, segurança pública, esporte, lazer e cultura e principalmente tenha sua vida preservada.

Insisto em chamar atenção para a garantia da vida dessas pessoas, pois vivemos em um país que, só no ano de 2021, registrou o assassinato de 140 pessoas transsexuais. Dessas, 81% eram pessoas negras e 96% eram mulheres. Esses números revelam que vivemos em total au-



sência de políticas que enfrentem de fato essa violência que atinge os corpos (principalmente de mulheres trans, negras e periféricas) e que tira suas vidas diariamente. Assim, não posso deixar de lembrar que diante de tal quadro, ocupamos pelo 13^o ano consecutivo o posto de país que mais mata pessoas trans no mundo.

Esse de fato não é o país que queremos, assim busco fazer com que minha atuação política seja útil para a construção de um projeto de sociedade onde a população LGBTQIAPN+ esteja na centralidade das políticas públicas para tornar possível uma mudança não apenas nas estatísticas mas na vida cotidiana dessas pessoas e da sociedade como um todo, uma sociedade que respeita pessoas independentemente de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero é uma sociedade melhor para todos e todas.

Assim, espero incidir na Assembleia Legislativa de Pernambuco para enfrentar um dos maiores problemas vividos pela população trans que, diante da transfobia e das diversas formas de exclusão, enfrentam dificuldades de acesso e permanência na educação e no mercado de trabalho lícito. Este problema induz muitas dessas pessoas à prostituição, as coloca em situações de vulnerabilidade social e as deixa ainda mais expostas a múltiplas formas de violência. Não é por acaso que no Brasil, 94%¹ das vítimas de tentativa de assassinato contra pessoas trans tinham a prostituição como fonte de renda.

Sendo eu uma educadora adepta ao método paulofreireano, acredito numa educação diversa, plural e, de fato, inclusiva. Por isso, defendo que a escola, a universidade e outros espaços de educação formal e não formal não sejam lugares de exclusão das pessoas por devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Eu luto por um Pernambuco que acolha a nossa diversidade, que não dissemine ódio, preconceito, discriminação, principalmente contra alguns corpos, como os de pessoas negras e LGBTQIAPN+. Defender essas pautas é não somente uma questão de coerência política, mas um compromisso com a vida dessas pessoas. Para isso, precisamos de candidaturas não apenas LGBTQIAPN+, mas também de aliadas e comprometidas com um projeto político de transformação social. Acredito que a Assembleia Legislativa de Pernambuco é um espaço decisivo para construirmos uma mandata que enfrente o racismo, o sexismo, o machismo, o patriarcalismo e a LGBTQIA+fobia. As pautas desta população são prioritárias para a mandata plural que vamos construir na busca de um estado mais justo e igualitário.

Por tudo isso, para uma atuação na Assembleia Legislativa de Pernambuco, propomos:

- Envidar esforços para aprovação do projeto de lei que “Dispõe sobre sanções administrativas aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero” em nosso Estado;
- Atuar em constante diálogo com a população LGBTQIAPN+, para proposições legislativas relativas a este tema, bem como para a fiscalização de políticas públicas;
- Cobrar do estado dados epidemiológicos sobre a população LGBTQIAPN+;

¹ <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>



- Lutar pela defesa do atendimento correto da população LGBTQIAPN+ na rede estadual de Saúde e nos demais serviços públicos;
- Propor que o estado amplie a rede de atendimento ambulatorial para o processo de hormonização;
- Fiscalizar o serviço prestado no Espaço de Acolhimento e Cuidado às Pessoas Trans e Travestis do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM/UPE);
- Cobrar a instalação e funcionamento de mais ambulatórios estaduais de saúde trans e centros de acolhimento LGBTQIAPN+;
- Incidir em políticas de saúde com vistas à prevenção ao HIV e AIDS;
- Cobrar a realização de formações sobre a pauta LGBTQIAPN+ e respeito à diversidade para profissionais de saúde com vistas a garantir a esta população, um atendimento no SUS de qualidade;
- Garantir o cumprimento de uma política de atenção básica de saúde para as pessoas LGBTQIAPN+;
- Propor o fortalecimento de equipamentos da política de saúde mental com foco no atendimento de pessoas LGBTQIAPN+;
- Cobrar uma política de atenção psicossocial laica para as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+;
- Enfrentamento à patologização das identidades LGBTQIAPN+ e a “tratamentos” recorrente em serviços chamados de “comunidades terapêuticas”;
- Legislar para garantir a saúde integral de mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans atuando no enfrentamento à violência ginecológica e obstétrica.
- Propor políticas com foco na saúde de trabalhadoras e trabalhadores sexuais;
- Legislar para enfrentar a discriminação contra a população trans no âmbito da educação;
- Reivindicar campanhas contra LGBTQIA+fobia, racismo e machismo nas escolas;
- Cobrar a realização de formações para professoras, professores e profissionais de educação sobre a pauta LGBTQIAPN+;
- Legislar para incidir na prevenção do abandono escolar e na reinserção no sistema educacional;
- Defender o uso do nome social nas instituições de educação, respeitando a identidade de gênero autopercebida;
- Propor a criação de um programa de apoio a jovens e crianças LGBTQIAPN+ que sofrem bullying nas escolas estaduais;



- Pautar a instituição de Núcleos de Estudos de Gênero nas escolas estaduais como ferramenta fundamental de promoção do respeito à diversidade;
- Legislar por ações afirmativas nas instituições de ensino superior para a população trans e travesti;
- Legislar para garantia da empregabilidade da população transexual e travesti;
- Incidir junto à gestão estadual para a realização de feiras com empreendedores LGBTQIAPN+;
- Incentivar as cotas de diversidade sexual e de gênero em empresas privadas;
- Defender a adoção de cotas no serviço público para travestis e pessoas trans;
- Cobrar dados sobre a população LGBTQIAPN+ em situação de rua e articulá-los com a incidência em políticas de assistência social, habitação e geração de emprego e renda;
- Legislar para garantir inclusão social a pessoas trans em situação de vulnerabilidade social;
- Defender programas de assistência social, de formação profissional e inserção no mercado de trabalho formal para pessoas trans e travestis;
- Cobrar o fomento a produções culturais, festivais e projetos que levem em consideração a diversidade sexual e a população LGBTQIA+, ocupando as ruas e espaços públicos do estado;
- Fortalecer a atuação do Conselho Estadual LGBT;
- Envidar esforços para que as leis que defendam as causas LGBTQIAPN+ sejam sancionadas;
- Propor lei estadual que incentive o debate e o respeito à diversidade sexual em todas as repartições públicas;
- Propor a criação de um observatório para monitoramento da violência LGBTQIfóbica;
- Reivindicar que nas informações sobre violência contra a população LGBTQIAPN+, o elemento racial dessas vítimas esteja disponível e acessível;
- Cobrar a realização de formações para operadores dos sistemas de justiça e segurança pública sobre a pauta LGBTQIAPN+ e respeito à diversidade;
- Defender a criação e efetivação de políticas públicas afirmativas voltadas para população afro-LGBTQIAPN+ com atenção especial à juventude negra;
- Incentivar a realização de mais eventos LGBTQIAPN+ públicos e gratuitos não apenas no carnaval;
- Fiscalizar o orçamento estadual zelando pela garantia de previsão orçamentária e execução financeira de ações que contribuam para a promoção da cidadania e dos direitos civis de LGBTQIAPN+.







Pessoas com deficiência

Meu sinal pessoal é feito com um movimento ondulado da mão direita sobre o lado direito da região frontal da cabeça. Este sinal representa o meu cabelo ondulado que, por sua vez, representa a minha origem negra. Eu sou uma mulher negra, de pele clara, lábios grossos, estatura mediana, tenho cabelo crespo, cortado de modo assimétrico, no meio do qual uso habitualmente uma flor que me fez ficar conhecida também como “mulher da flor”. Faço questão de começar este tópico dizendo como sou conhecida e falando do meu sinal pessoal porque esta sinalização é a forma mais prática de identificação das pessoas na comunidade surda e nos faz perceber como é possível trocar a verbalização pelos gestos. Por princípios éticos, este sinal só pode ser dado por pessoas surdas. O batismo nessa comunidade começa pela soletração do nome através da datilologia, que é o alfabeto manual; em paralelo à soletração, observam-se características da pessoa a ser batizada e se conversa com ela, para a partir desse conhecimento definir um sinal gestual que identifica a pessoa individualmente.

Conto essa história para dizer que habitualmente o que consideramos deficiência não está apenas em determinadas pessoas, mas também no conjunto das pessoas e coisas com as quais nos relacionamos. Para a comunidade surda, por exemplo, há muitas pessoas que têm a deficiência de não compreender sua língua de sinais; e o ambiente para pessoas surdas costuma impor mais riscos porque não é devidamente sinalizado, portanto, o ambiente também pode ser eventualmente considerado algo com deficiência. Para pessoas cegas, vale o mesmo princípio. Por tudo isso, eu gosto de começar a falar desse tema lembrando que nem sempre as deficiências se encontram somente nas pessoas às quais nos referimos como sendo pessoas com deficiência. É importante lembrar que este entendimento está presente na principal legislação brasileira sobre o tema, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta Lei Federal, de número 13.146, foi editada em 06 de julho de 2015, mas só entrou em vigor depois de um período de 180 dias destinados à



assimilação de seu conteúdo. A LBI beneficia mais de 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, de acordo com os dados do IBGE. Uma das principais inovações desta legislação é revisar o que se entende por deficiência, deixando de considerar isso como uma condição estática e biológica da pessoa e passando a tratar deficiência como resultado da interação entre as barreiras impostas pelo meio e as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo, conforme disposto no Artigo 2º desta importante lei, que reproduzo adiante:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Art. 2o, Lei 13.146/2015)

Um princípio fundamental da minha atuação política é zelar para que esta legislação seja correta e plenamente aplicada. Tenho muita satisfação de compor a legislatura em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se consolidou como segunda língua para comunicações oficiais da Câmara Municipal do Recife. A inclusão de intérpretes de Libras para as reuniões plenárias e solenes da Câmara do Recife é apenas um exemplo de ação importante para ampliar a inclusão de pessoas surdas e ensurdecidas na cidade. Infelizmente, este gesto só se concretizou depois de vinte anos de sanção de outra lei muito importante, a Lei Federal 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão em todo o território brasileiro. Quero continuar contribuindo para que ações como esta se espalhem por nosso estado e contribuam para a garantia de direitos das pessoas com deficiência.

No estado de Pernambuco, segundo os dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), 2.426.106 dos residentes apresentavam algum tipo de deficiência, o que representava 27,58% da nossa população, uma média superior à nacional, que àquela época era de 23,9%. Em 2010, viviam em nosso estado 523.055 pessoas com deficiência auditiva e 368.129 que não conseguiam enxergar. Isto significa que mais de um quarto da população pernambucana compunha o segmento das pessoas com deficiência. A questão ainda se amplifica quando consideramos que estas pessoas não necessariamente vivem sozinhas. Com efeito, cada pessoa com deficiência se liga a outras que também lidam com as deficiências; o que sei muito bem pelo fato de ser filha de um deficiente visual. Por tudo isso, os direitos das pessoas com deficiência precisam e devem ser tratados como uma das pautas prioritárias da administração pública e da atuação legislativa em nosso estado. Como legisladora, eu me comprometo a buscar contribuir para a garantia desta priorização em parceria com pessoas, associações e entidades pernambucanas que já contribuem muito para a garantia de tudo isso. É justamente a minha interação prévia e o meu diálogo sistemático com estas pessoas, associações e entidades que me ajudam a desenvolver a compreensão da importância deste segmento populacional. E é também por isso que continuarei a seguir um dos princípios que orienta o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência: “nada sobre nós, sem nós”. Isto, na prática, significa que nenhuma política deve ser decidida por nenhum representante sem a plena e direta participação dos membros do grupo atingido por essa política. Foi por isso que realizamos um papo aberto sobre este tema em nossa pré-campanha e, apesar de ter me comprometido a não expor nenhum dos participantes desses papos, quero seguir muitas das ideias das generosas pessoas que se dispuseram a me ensinar mais sobre esse tema.



Uma destas ideias destacou que os direitos das pessoas com deficiência devem se estruturar sobre um tripé. Em primeiro lugar, tais direitos devem garantir acesso. Em paralelo, é preciso viabilizar a permanência. E nada disso será suficiente sem as condições para a efetiva participação. Acesso, permanência e participação: meu compromisso em relação a este tema pode se reduzir na busca pela garantia dessas três palavras na vida das pessoas com deficiência. Essas três simples palavras são base para longas elaborações legislativas e administrativas. Sem a pretensão de apresentar um conjunto exaustivo de propostas de minha possível atuação na ALEPE, destaco a seguir algumas daquelas que servirão de guia para minha desejada atuação no parlamento estadual de Pernambuco.

- Adequar a legislação estadual à Lei Federal nº 13.146/2015;
- Fortalecer o diálogo com as associações que congregam, defendem, prestam assistência e representam pessoas com deficiência;
- Fortalecer o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e estimular a criação e fortalecimento de seus congêneres de âmbito municipal;
- Desenvolver estudos sobre as condições de vida das pessoas com deficiência em nosso Estado;
- Atuar com vistas à criação de lei estadual que planeje e determine realização periódica de estudo censitário estadual para investigar as condições de vida das pessoas com deficiência em nosso Estado;
- Defender a capacitação continuada dos servidores dos diferentes poderes públicos do estado para atender as pessoas com deficiência, bem como para entender a relevância da inclusão das pessoas com deficiência;
- Promover as alterações legislativas necessárias para adequação dos editais de concursos públicos realizados no Estado de Pernambuco à Constituição Federal e à legislação federal, que normatiza os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo, a Lei Federal nº 13.146/2015, bem como garantir a reserva mínima de vaga(s) para PCD nos editais que objetivem o preenchimento de postos de serviço público estadual, tais alterações devem garantir a publicação em braile dos editais e de suas eventuais retificações;
- Legislar visando à instituição de cota mínima para inclusão das pessoas com deficiência dentre os prestadores de serviços terceirizados contratados pelo Estado em âmbito Legislativo, Executivo e Judiciário;
- Fomentar políticas públicas para promover o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo dados da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em Pernambuco - Ofício nº 029/2018/GS/SRTh/PE dirigido à Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência, somente 0,87% dos servidores públicos de Pernambuco são pessoas com deficiência e/ou reabilitados;
- Fomentar a criação de um fundo estadual para o desenvolvimento de políticas de inclusão, conforme previsto na Lei Estadual de nº 12.761/2005;



- Defender a acessibilidade dos meios de comunicação oficial dos poderes públicos estaduais, inclusive disponibilizando audiodescrição e interpretação para Libras;
- Fiscalizar a acessibilidade física e comunicacional nos órgãos públicos e privados do nosso estado;
- Fiscalizar a garantia de intérprete de Libras nas repartições públicas, conforme determina a Lei Estadual nº 11.686/99, principalmente nos serviços de saúde, educação, trânsito e justiça;
- Fomentar políticas públicas relacionadas à saúde, à educação, à moradia e à qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- Fomentar políticas públicas de assistência a cuidadores de pessoas com deficiência que, por ventura, precisem se afastar temporária ou definitivamente do mercado de trabalho por necessidades de prestar cuidados indispensáveis a PCD;
- Fomentar nas escolas atividades que promovam a sensibilização da comunidade escolar sobre a temática da inclusão;
- Fiscalizar o processo de inclusão nos estabelecimentos de ensino públicos e privados;
- Estimular a busca ativa de crianças com deficiência para que sejam matriculadas em creches e escolas;
- Defender a capacitação continuada de profissionais de educação para aprimorar a educação inclusiva e ampliar as possibilidades de identificação precoce de sinais de transtornos do neurodesenvolvimento, deficiências sensoriais e cognitivas, assim como das altas habilidades/superdotação;
- Defender a capacitação continuada de profissionais de educação para trabalhar com estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, inclusive diversificando recursos didáticos e pedagógicos acessíveis em braille e em Libras;
- Defender a ampliação da oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede estadual de ensino;
- Defender o aprimoramento do sistema de assistência neonatal a fim de diagnosticar precocemente doenças raras e síndromes congênitas;
- Defender a ampliação da rede de reabilitação existente no estado e a interiorização dos centros de reabilitação;
- Defender a criação de centro de atendimento especializado para tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme normatizado na Lei Estadual nº 15.487/2015;
- Incentivar no âmbito legislativo, especialmente por meio da Escola do Legislativo, a capacitação dos servidores para atender e trabalhar com pessoas com deficiência;
- Promover ações de comunicação, como campanhas educativas, sobre os direitos previstos em lei para as pessoas com deficiência a fim de contribuir com a eliminação de barreiras atitudinais e promover a inclusão;



- Incentivar a capacitação de servidores do Poder Judiciário, Ministérios Públicos e Defensoria Públicas na temática dos direitos das pessoas com deficiência, a fim de ampliar a eficácia das disposições legais determinadas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, e nos demais instrumentos legais relevantes para o tema;
- Incentivar a ampliação das equipes e serviços profissionais do Poder Judiciário, Ministérios Públicos e Defensoria Públicas, a fim de ampliar a atuação de assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, pedagogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, que subsidiam a atuação com pareceres e demais conhecimentos técnicos necessários à instrução e julgamento das demandas relacionadas a pessoas com deficiência;
- Fiscalizar e incidir junto ao Ministério Público de Pernambuco e ao Ministério Público Federal para que intensifiquem ações de fiscalização de planos de saúde, haja vista que pessoas nascidas com deficiência, ao aderirem aos planos, têm em alguns casos carência maior sob alegação de doença preexistente, o que é vedado pelas normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);



- Fiscalizar e incidir junto ao Ministério Público de Pernambuco para reforçar ações de fiscalização das empresas públicas e privadas de transporte coletivo para que haja a efetiva acessibilidade aos veículos e estações de transporte de pessoas (a exemplo da Região Metropolitana do Recife, o Consórcio Grande Recife afirma ter 98% de sua frota adaptada, porém muitas pessoas cadeirantes relatam inoperância dos serviços elevatórios nos veículos de transporte coletivo);
- Fomentar a ampliação e intensificação das ações da Defensoria Pública visando à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, em especial nas áreas de saúde e educação;
- Fortalecer os núcleos da Defensoria Pública que trabalham com a temática da pessoa com deficiência para que melhorem sua capacidade de atuação e estendam seu trabalho para o interior do estado;
- No âmbito do ensino superior do estado, ampliar a discussão, elaborar propostas legislativas e articular sua aprovação com vistas a garantir medidas importantes para a inclusão, tais como:
 - Dilatação do tempo de prova, conforme demanda apresentada por eventuais candidatos e candidatas com deficiência, tanto no momento de realização dos exames de seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
 - Disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento das necessidades específicas de estudantes com deficiência;
 - Disponibilização de recursos de tecnologia assistiva quando previamente solicitados por pessoas com deficiência;
 - Desenvolvimento de critérios de avaliação de provas que considerem a singularidade linguística das pessoa com deficiência no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
 - Inclusão de conteúdos curriculares relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- Defender modificações nos requisitos atualmente exigidos para a concessão do Benefício Assistencial ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (BPC), posto que os requisitos atuais para a concessão exigem que a pessoa demandante esteja em condições de miserabilidade.







Juventudes

De vez em quando eu me deparo com insinuações de que as políticas de juventude têm se tornado menos necessárias porque este segmento populacional representa um percentual cada vez menor da população brasileira e pernambucana. Há alguns anos essa mudança do perfil demográfico vem sendo apontada por diferentes analistas, mas é justamente porque há cada vez menos crianças e jovens que as políticas para estes segmentos se tornam ainda mais necessárias. A inversão da pirâmide populacional no Brasil faz com que progressivamente tenhamos menos pessoas em idade economicamente ativa e mais pessoas recorrendo a regimes de previdência públicos e privados. Para enfrentar este problema, o Brasil tem pautado há alguns anos reformas dos sistemas previdenciários que reduzem direitos dos trabalhadores e não contribuem para a formação de uma juventude que terá cada vez mais responsabilidades em relação a outros segmentos da população. Precisamos enfrentar este dilema com soluções inteligentes e criativas e não com a redução dos direitos duramente conquistados neste país!

As juventudes, historicamente, têm manifestado muita energia de renovação, inquietação e reivindicação. Elas são diversas, com especificidades relativas ao gênero, à raça, ao território, à religião, às classes sociais e muitas outras dimensões que configuram a condição juvenil contemporânea. No entanto, temos desafios estruturais decorrentes da carência de políticas públicas para esse segmento populacional, que pela legislação brasileira corresponde às pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos. Destacamos o recorte de 18 a 29 anos, que não é incorporado na política da criança e do adolescente e sofreu mais com a carência de políticas específicas. Apenas em agosto de 2013, nosso país sancionou o Estatuto da Juventude, Lei Federal 12.852/2013, que institui os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Isto nos torna o penúltimo país da América Latina a consolidar um marco legal relativo à política de juventude. Portanto, esta política é jovem e ainda precisa avançar bastante no que tange à regulamentação de diversos



dispositivos previstos no Estatuto. Para piorar a situação, desde 2016 observamos um processo de desmonte do Sinajuve que, na prática, nunca chegou a avançar em sua consolidação.

A realidade das juventudes do Brasil tem vários obstáculos para alcançar a plenitude dos direitos previstos no Estatuto da Juventude. Estas dificuldades se evidenciaram ainda mais com a pandemia de Covid-19 e se ampliaram, por exemplo, na área de saúde mental, com o aumento dos casos de depressão, ansiedade e suicídio. Também houve aumento de jovens HIV positivo e casos de gravidez na adolescência, apesar da atual geração possuir mais acesso a informações. Houve crescimento de diversas formas de violência e a população jovem continua a ser quem mais morre e quem mais mata por causas violentas. Isso repercute no número de jovens encarcerados e cumprindo medidas socioeducativas, que na sua grande maioria são negros. As vulnerabilidades econômicas e sociais são determinantes para uma parte desse segmento populacional sofrer de problemas de uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas e se envolver com atividades criminosas. Estes dados estão contidos na recente pesquisa intitulada “Juventudes e pandemia”, realizada em 2021 pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

No campo do trabalho, qualificação e geração de renda, a juventude é a parcela da população com maior taxa de desemprego e estamos vivendo um momento com alta taxa de jovens desalentados, que não acreditam mais em sua própria potencialidade e não se sentem capazes de conquistar e manter um emprego. Ou seja, muitos jovens têm perdido a esperança em si mesmos, com isso reduzem sua capacidade de sonhar com dias melhores e se projetar para um futuro próspero em que eles mesmos sejam parte da construção das melhorias. Com isso, muitas pessoas jovens aceitam trabalhos precários e subempregos que mal garantem as condições de sobrevivência e dificilmente lhes dão condições de complementar os recursos necessários para a manutenção de suas famílias, conforme indicou recente pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) indicando a emergência de um “novo modelo de trabalho” no Brasil, que vem sendo denominado de “uberização”.

Para além de não conseguir um emprego, principalmente os jovens de periferia, estão fortemente impactados em seus processos de desenvolvimento de habilidades e aquisição de competências laborais. O que já era difícil, agravou-se com a pandemia que interrompeu diversos percursos formativos e retardou dimensões educacionais e de formação profissional da sociedade brasileira e pernambucana. Ao olharmos para a parcela da população jovem denominada “nem nem”, termo utilizado para indicar indivíduos que não estudam nem trabalham, identificamos uma tendência de ampliação desta dupla condição negativa, que, em 2019, atingiu 28% das pessoas jovens no Brasil, ou seja 47,2 milhões de jovens. A já referida pesquisa realizada pelo Ipea (2020), identificou grande dificuldade dessa parcela da juventude migrar dessa situação.

Apesar de Pernambuco ter sido o primeiro estado brasileiro a criar uma Secretaria de Juventude, além de instituir o Conselho Estadual de Juventude e o Plano Estadual de Juventude, todos datados de 2008, o estado não conseguiu transpor o processo de normatização legal para uma efetiva melhoria das condições de vida das pessoas jovens. Há muitas evidências de que a implementação de políticas públicas de juventude não tem sido priorizada pelo Governo de Pernambuco. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social, em 2022 cerca de 48% dos homicídios, somente no primeiro semestre, foram contra jovens. Uma outra pesquisa da Rede



de Observatórios da Segurança, realizada em 2021, coloca Pernambuco como o estado mais perigoso para ser jovem, quando o comparamos com São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia.

Por isso, é hora de questionar quais políticas públicas efetivas o Governo de Pernambuco tem criado para garantir que os jovens sejam reconhecidos como sujeitos de direitos. Além disso, precisamos reivindicar a ampliação da qualidade das políticas para educação, saúde, trabalho, renda, lazer e cultura das pessoas jovens. Se acreditamos tanto nos jovens como “futuro do país”, devemos nos perguntar por que este segmento populacional não está no orçamento estadual como uma prioridade? É necessário consolidar um Sistema Estadual de Políticas de Juventude, que disponha de mecanismos transparentes de monitoramento da execução destas políticas e de diálogo com as diversas juventudes para acompanhar a necessidade de ajustes e renovação de focos prioritários das ações estratégicas junto a este segmento. Atualmente, a política de juventude de Pernambuco não responde às demandas das juventudes, o Governo não executa nem mesmo aquilo que se comprometeu e não atualizou o Plano Estadual de Juventude nem mesmo realizou um monitoramento participativo deste plano de dez anos de duração que foi criado em 2008, por meio da Lei Estadual 13.608 e parece estar cada vez mais ignorado pela administração estadual.

Por tudo isso, considero que está passando da hora de nos desafiarmos a fazer deste estado um dos melhores lugares para jovens viverem nesse país. Como podemos garantir que sonhos e potências não sejam interrompidos pela ausência de atuação do Estado? O nosso plano de atuação parlamentar no Legislativo de Pernambuco tem a intenção de contribuir para que as pessoas jovens do estado voltem a sonhar e agir para conquistar seus sonhos. Reafirmamos a urgência da valorização do jovem em todos os contextos, da cidade ao campo, do litoral aos sertões, das aldeias às favelas. Precisamos pensar como as juventudes continuarão vivas, poderão desfrutar dessa importante fase da vida e desenvolver competências para viver com plenitude as fases futuras, com acesso a trabalho, renda, cultura, esporte, lazer, etc. ou seja, precisamos garantir a efetivação dos direitos deste segmento populacional que estão devidamente arrolados no Estatuto da Juventude.

Considerando toda esta problemática, podemos lamentar o infortúnio ou “arregaçar as mangas” de modo ousado para enfrentar os desafios colocados pela conjuntura atual e pelas mudanças demográficas relatadas. Como otimista que sou, prefiro enfrentar esse momento como uma oportunidade única na qual a maior parcela da população brasileira está em condição economicamente ativa, com capacidade produtiva de contribuir na inovação tecnológica e social e também substancialmente apta ao desenvolvimento econômico do estado e do país. Não podemos continuar perdendo uma parcela considerável de jovens para a violência. Não podemos permitir que se desenvolvam as condições que levam muitas pessoas jovens a parar de sonhar com dias melhores e construir as condições para que estes dias sejam conquistados. Não podemos deixar de conjugar o verbo que Paulo Freire nos ensinou: esperar. Como verbo, a esperança se reverte em diversas formas de ação. Por isso, comprometo-me a atuar na Assembleia Legislativa de Pernambuco com vistas a concretizar as propostas que apresento adiante.

- Legislar com vistas ao fortalecimento do Sistema Estadual de Juventude a partir da proposta de criação de uma Comissão Parlamentar Especial de Juventude na Assembleia Legislativa



para contribuir com a institucionalização de políticas de juventude e a fiscalização da execução de tais políticas no governo estadual;

- Defender a avaliação e renovação do Plano Estadual de Juventude com mecanismos efetivos para o seu monitoramento pela sociedade civil;
- Defender a priorização das Políticas Públicas de Juventude no orçamento estadual, com identificação de recursos nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e monitorar a execução financeira destes recursos;
- Ampliar o debate e buscar simplificar e ampliar as possibilidades das pessoas jovens acessarem recursos públicos para desenvolverem suas iniciativas produtivas, culturais, de lazer e associação;
- Incidir pela implementação do serviço de psicologia e assistência social para estudantes da rede de ensino básico estadual e da Universidade de Pernambuco;
- Defender a ampliação do orçamento público destinado às políticas de juventudes no estado;
- Defender o passe livre para jovens em transportes coletivos;
- Incidir pelo aprimoramento e ampliação das medidas de incentivo às empresas e aos órgãos públicos para a contratação de jovens trabalhadores;
- Incidir pelo aprimoramento de programas de incentivo ao primeiro emprego, a partir de medidas de formação e manutenção de jovens no mercado de trabalho;
- Incentivar a criação de uma base de dados que identifique e incentive iniciativas, organizações e pessoas jovens que contribuem para a promoção de uma sociedade mais segura para as juventudes;
- Defender a criação de mecanismos de fiscalização e denúncia de violações no sistema socio-educativo;
- Defender a criação de mecanismos de fiscalização e denúncia das violências que as juventudes, sobretudo periférica e negra, sofrem em seus territórios;
- Fomentar a criação de espaços de diálogo constante com as forças policiais para mitigação das violências letais, protagonizadas pelo Estado, contra as juventudes;
- Cobrar dos poderes responsáveis, a criação de áreas de lazer e programas de incentivo à cultura, sobretudo no interior do estado;
- Criar mecanismos de fiscalização e legislação para uma maior e melhor implementação do Estatuto da Juventude;
- No tocante à Política Estadual de Emprego Decente para a Juventude: fomentar a construção de um plano de desenvolvimento estadual sustentável, apoiado na produção científica, engajando setores econômicos estratégicos como tecnologia, turismo, cultura e meio-ambiente, conectado com a vocação local, que gere oportunidades dignas de trabalho aos jovens, considerando sua diversidade de gênero, raça e orientação sexual;



- Incentivar políticas de inserção do jovem no mundo do trabalho: fiscalizar a efetivação da Lei do Jovem Aprendiz;
- Legislar visando à regulamentação de novas ocupações laborais e ao avanço da garantia de direitos para trabalhadores de aplicativos, discutindo, por exemplo o incentivo ao cooperativismo que permita a auto-organização destes trabalhadores e sua inserção em sistemas de garantias à saúde e previdência capazes de lhes manter pelo menos nas mesmas condições de vida em eventuais momentos que estejam impossibilitados de trabalhar; além disso, é fundamental regulamentar os limites de ganhos das empresas gestoras das plataformas de aplicativos sobre o trabalho destes sujeitos, majoritariamente jovens e, por fim, é preciso garantir remuneração digna e condições de trabalho seguro nesta ocupação laboral;
- Incentivar o Poder Executivo a construir pólos de formação tecnológica para jovens de baixa renda, como ferramenta complementar para emancipação e autonomia;
- Fomentar a descentralização da estrutura pública de cultura, lazer e esportes para as periferias e o interior do estado;
- Ampliar a discussão sobre as necessidades juvenis de políticas habitacionais, estimulando que famílias jovens possam acessar os programas deste tipo (sobretudo a população LGBTQIA+);
- Defender o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como o reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios e viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais e serem contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude;
- Defender e indicar para o Poder Executivo a criação de uma Secretaria Executiva de Juventude, com fundo próprio para financiar as políticas públicas de juventude;
- Fomentar a realização periódica de Conferência Estadual de Juventude, deliberativa, que tenha como pauta a avaliação e renovação do Plano Estadual de Juventude;
- Fortalecer coletivos e movimentos juvenis não institucionalizados, incentivando a ação dessas organizações em espaços de controle social de políticas públicas voltadas para as juventudes.

Além dos papos abertos que realizamos este ano, nossas propostas em relação às juventudes estão baseadas em diálogo direto com a Plataforma Programática do Partido Socialismo e Liberdade para as eleições deste ano, com o Estatuto da Juventude, com a Carta das Juventudes produzida pelo Fórum das Juventudes de Pernambuco e com muitas demandas de jovens, organizações e coletivos da sociedade civil. Por isso, essas propostas expressam diversos gritos e denúncias das juventudes do estado, que clamam por um Pernambuco mais justo e seguro que garanta a vida digna no presente e dê condições para futuro melhor e com mais oportunidades para todas as juventudes.







EIXO 2

**GARANTIR E
AMPLIAR DIREITOS**



Educação

Começo este tema remetendo a Paulo Freire, referência central nas lutas que tenho construído, principalmente, em defesa da educação. Acredito fortemente na ideia paulofreireana de que “a educação não transforma o mundo. Educação transforma as pessoas. Pessoas mudam o mundo”. Acredito também na educação libertária e libertadora. Eu sou professora desde a adolescência, quando aprendi a alfabetizar pelo método Paulo Freire aos 14 anos. É a partir desse lugar que me movimento. Entendo que alfabetizar não é só juntar letras e formar sílabas e palavras, mas ensinar a ler o mundo e, principalmente, a transformá-lo de maneira crítica. Entendo o papel da educação na formação do nosso senso crítico, na nossa formação como cidadãos e cidadãs e, sobretudo, na ampliação da nossa capacidade de nos movimentar e transformar o mundo e a realidade que vivemos. Como Freire, eu gosto é de gente, professor é gente, aluno é gente... Entendendo que a educação é uma construção coletiva, apresento aqui algumas indignações e também muitos desejos que perpassam não apenas a minha vida, mas as vidas das tantas pessoas que tenho ouvido ao longo de minha atuação parlamentar.

Nos últimos anos, a educação tem sofrido cortes drásticos, as universidades e institutos federais passam por profundas dificuldades, as e os estudantes em situação de vulnerabilidade social têm sido a parte mais penalizada, ficando sem bolsas e sem assistência estudantil. Isto tem levado muitas pessoas a deixar de estudar, já que não dispõem de recursos sequer para o transporte. Por isso, é urgente a revogação da Emenda Constitucional Nº 95, que limita por 20 anos os investimentos em áreas fundamentais para a garantia de direitos humanos, como saúde e educação. Sabemos que essas questões também estão ligadas à política de neoliberalismo e morte implementada pelo governo Bolsonaro, que aprofundou a desvalorização do setor educacional. É urgente que o tiremos do poder e, além disso, consigamos eleger candidatos e candidatas de setores progressistas. É inaceitável que o país tenha gasto com educação em 2021 o menor valor desde 2012, conforme aponta o Instituto de Estudos Socioeconômicos.



micos (Inesc)¹. Também é inadmissível que quase metade das crianças negras de 6 e 7 anos no Brasil não saibam ler, segundo dados da organização Todos pela Educação². A pandemia de Covid19 escancarou desigualdades na educação, como o acesso às tecnologias e à internet, significando um aumento de mais de um milhão de crianças que não sabem ler e escrever, que não dispõem das mesmas condições das classes economicamente privilegiadas para se escolarizar. Ressaltamos que educação não é mercadoria, mas sim investimento, instrumento de mudança social. A pandemia, mais uma vez, mostrou que a maioria de nossos governantes continuam excluindo o direito à educação às classes populares.

Os problemas, infelizmente, não se resumem ao orçamento. Temos visto diversas tentativas de cercear a liberdade de cátedra dos profissionais, de instaurar a censura sob o nome de “escola sem partido”, assim como temos visto a defesa da ideologização da educação através das escolas cívico-militares. As questões problemáticas perpassam as esferas de governo e, em Pernambuco, não poderia ser diferente. Aqui, temos visto queixas de desvalorização profissional, com um Plano de Cargos e Carreiras defasado e desrespeitado, com problemas no pagamento do piso salarial para toda a categoria. Temos recebido denúncias de profundo desestímulo, desmotivação e adoecimento psíquico dos profissionais da educação. A política de gratificações cria a ilusão de valorização, mas gratificações não são incorporadas à aposentadoria. Os docentes da Educação Básica não aguentam mais as negociatas em torno de seus direitos, o Piso do Magistério é uma conquista recente, de 2008 para ser mais pontual, mas há políticos que defendem que o professor não merece ser valorizado pelo seu trabalho.

Denunciamos também a negligência em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA) não só por parte do Governo Federal, mas também pelo Governo de Pernambuco, que não tem priorizado essa modalidade de ensino nas escolas. Outra questão problemática é a gestão. É preciso assegurar gestão democrática nas instituições educacionais, pautando a participação ativa não somente no ambiente escolar, mas no entorno das escolas, de modo a envolver a comunidade e fazer com que os Projetos Político Pedagógicos sejam reflexos de um processo horizontal, democrático e construído a muitas mãos. Assegurar processos eleitorais democráticos para escolha dos gestores e das gestoras escolares, barrar a indicação do Governo do Estado para esses postos é uma de minhas prioridades. Isso contribui para garantir transparência e participação da comunidade escolar na escolha das diretrizes de ação das escolas e impede o assédio dos governantes aos gestores e às gestoras.

Quando pensamos na maior instituição de ensino superior do nosso estado, a Universidade de Pernambuco, vemos que é preciso ter uma política eficaz de assistência estudantil, como auxílio-transporte, que garanta que os alunos e alunas tenham condições de permanecer estudando. As instituições de ensino não podem ser mais um lugar onde as desigualdades sociais se aprofundam, tampouco estas instituições podem se tornar lugares de exclusão e de expulsão. Acreditamos que a educação precisa ser antirracista, antiLGBTQIfóbica, anticapacitista, antipatriarcal. Além disso, as instituições de ensino precisam pautar a temática de abusos sexuais, pois, muitas vezes, eles acontecem nos ambientes familiares e as escolas podem ser um ambiente favorável para identificar indícios e contribuir para a prevenção dessas violências. Para isso, é urgente defender a laicidade do Estado para garantir que o conservadorismo

1 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos--mostra-levantamento.ghtml>

2 <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/quase-metade-das-criancas-negras-de-6-e-7-anos-nao-sabem-ler-e-escrever-no-brasil>



de costumes não dite a regra nesses espaços. Também consideramos fundamental que as leis sobre o estudo das Histórias Afro-brasileira, Africana e Indígena sejam cumpridas.

Há várias questões que permeiam uma educação de qualidade, elas passam pela estrutura física, remuneração dos profissionais, condições de ensino, saúde, concursos públicos, dentre outras. Ressaltamos, sobretudo, a necessidade de prezar pela qualidade de trabalho, mas também de vida das pessoas que estão nessa área. Precisamos de mais investimentos e estímulos para que os profissionais da educação se mantenham no serviço público. Nesse sentido, a realização de concursos públicos é uma importante estratégia para enfrentar o cenário de precarização que muitos trabalhadores e trabalhadoras têm passado com o sistema de contratos temporários. Além disso, é fundamental fortalecer os instrumentos de controle social da educação, como os conselhos escolares e o Conselho Estadual de Educação. Ao Conselho Estadual, precisamos garantir condições reais de atuação eficaz com participação paritária da sociedade civil. Às escolas, precisamos garantir eleições diretas para os cargos de direção, pois isto garante autonomia e possibilita que a comunidade escolar como um todo debata o que espera dessas instituições. Nesse sentido, compreendemos que os grêmios estudantis cumprem um papel de extrema importância na gestão democrática e na busca pela organização no interior das escolas e na contribuição para as transformações que são necessárias fora dos estabelecimentos de ensino. Por isso, os grêmios precisam ser fomentados e incentivados.

Acreditamos que investir em educação não é somente investir em prédios, em obras de construção civil e na aquisição de equipamentos e serviços tecnológicos, mas é, sobretudo, valorizar todos os profissionais da área. Uma educação pública, plural e de qualidade valoriza o professor e a professora, bem como o processo de ensinar e aprender. Isso conduz à possibilidade de transformação real da sociedade. Ressaltamos a importância da organização da classe trabalhadora para lutar, resistir e garantir os seus direitos. Também destacamos que é urgente enfrentar a evasão escolar e, para isso, são necessárias políticas de assistência estudantil. A evasão escolar é permeada fortemente por diferentes formas de opressão, como no caso dos alunos e das alunas com deficiência, que têm 28% de chances de abandonar a escola, ao passo que os demais têm 19%³. Vimos, recentemente, que diversos estudantes tiveram crise de ansiedade em escola no Recife⁴. Isso reforça a necessidade de apoio psicológico e assistentes sociais atuando profissionalmente nas instituições de ensino.

Lutamos por essa educação pública participativa, democrática, plural, laica, inclusiva, de qualidade e por melhores condições de trabalho para todos os profissionais e as profissionais da área, seja no âmbito da educação básica ou superior. Lutamos, sobretudo, por uma educação para a diversidade, que não exclua ninguém. Defendemos que as escolas cheguem em territórios indígenas, quilombolas, nas periferias do campo e das cidades. Além disso, atendendo ao Manifesto #MeninasDecidem pelo direito à educação, da Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala no Brasil, sonhamos com uma educação diversa e popular, que respeite os modos de vida das populações indígenas e quilombolas, “que a educação seja libertadora, com múltiplas formas de ensinar e aprender, que escute ativamente os estudantes em sua diversidade de sofrimentos, propostas e sonhos”. Para nós, o direito ao futuro, que dá nome à Plataforma Programática do Partido Socialismo e Liberdade para as eleições deste ano, não pode existir sem a valorização da educação e dos profissionais da área de educação.

³ <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2022/06/15023320-pandemia-alunos-com-deficiencia-tem-mais-risco-de-abandono-escolar.html>

⁴ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/17/incidentes-em-escolas-acendem-um-alerta-sobre-a-saude-mental-dos-estudantes-brasileiros.ghtm>



Paulo Freire nos convida a conjugar o verbo esperarçar dizendo que a esperança deve ser como o ar que respiramos. Precisamos esperarçar por uma educação realmente transformadora. Por isso, propomos:

- Defender a valorização salarial dos profissionais da educação e o cumprimento do Plano de Cargos e Carreiras no estado;
- Cobrar que a gestão estadual promova a formação continuada de professoras e professores para a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento global e outras síndromes nas classes regulares das escolas estaduais;
- Reivindicar formação em libras para os professores da rede estadual de ensino;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual 13.935/2019, que determina a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;
- Realizar audiências públicas sobre a valorização profissional dos professores e demais profissionais da educação, refletindo questões como condições de trabalho, remuneração e concursos;
- Cobrar da gestão estadual o pagamento do piso salarial nacional em sua integralidade para todos os profissionais da rede estadual de ensino, bem como sua atualização para toda a carreira;
- Reivindicar a garantia de que os projetos implementados pela rede estadual de ensino sejam feitos em parcerias com instituições públicas e universidades para evitar o processo de privatização por meio de Organizações Sociais;
- Realizar audiências públicas sobre a necessidade da gestão estadual ampliar a gratuidade do transporte para estudantes universitários, de modo a viabilizar a continuidade dos estudos para membros de segmentos mais vulnerabilizados de nossa população;
- Cobrar negociação dos poderes públicos com o Consórcio Grande Recife para extinção do limite mensal de 70 créditos do VEM Estudantil, pois há estudantes que precisam pagar até mais de quatro passagens por dia, o que excede esse quantitativo;
- Monitorar o cumprimento da Lei Federal 11.947/2009, que, em seu Artigo 14, estabelece que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”;
- Exigir que as escolas municipais tenham condições físicas adequadas e que não mais sejam alocados anexos escolares em imóveis inapropriados;
- Legislar pela criação nos municípios os fóruns municipais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, e resoluções que garantam os mecanismos legais para possibilitar e efetivar a implementação da Lei N^o 10.639/2003;

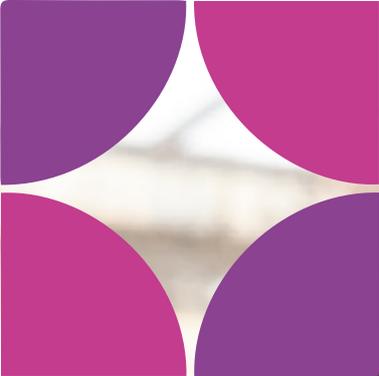


- Propor a criação de um programa de apoio a adolescentes que sofrem bullying nas escolas estaduais e centros de ensino de Pernambuco;
- Legislar para o fortalecimento do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco;
- Legislar para que as instâncias do controle social na área da educação tenham condições de funcionamento;
- Apoiar a eleição direta para gestão das escolas;
- Legislar para que sejam implementadas cotas raciais nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de Pernambuco;
- Defender um processo de fiscalização na ocupação das vagas dos estágios no Sistema Único de Saúde, visando a uma paridade entre estudantes oriundos de diferentes instituições;
- Incidir pela atualização do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos profissionais da educação;
- Atuar para que, no currículo das escolas, seja trabalhada a promoção dos direitos humanos;
- Cobrar investimentos voltados para Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando à erradicação do analfabetismo;
- Fiscalizar a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 (que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) nas escolas estaduais;



- Incidir pela criação nos municípios de fóruns municipais de Educação e Diversidade Étnico-Racial;
- Reivindicar a implementação de políticas de formação continuada para potencializar o trabalho de professoras, professores e demais profissionais da educação para que possam desenvolver projetos e experiências criativas promotoras de uma educação não racista, não machista, não homofóbica, não elitista e contrária à intolerância religiosa e demais preconceitos sociais;
- Cobrar a criação e/ou ampliação de estratégias de superação de práticas discriminatórias presentes nas escolas e impactantes na evasão escolar e repetência de estudantes (especialmente os provenientes de comunidades negras, quilombolas, indígenas, ciganas e de religiões de matriz africana);
- Apoiar as demandas por assento no Conselho Estadual de Educação de especialista em educação das relações étnico-raciais indicado pelos movimentos sociais negros de Pernambuco;
- Legislar pela promoção de ações educativas específicas e adoção de material didático e paradidático acessível (braile, audiodescrição, letras ampliadas e libras), que proporcionem o conhecimento sobre a participação histórica das mulheres negras, indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhas, e povos de terreiros, em todos os campos da vida pública, na formação da sociedade brasileira;
- Cobrar a adoção e distribuição de livros e materiais didáticos e paradidáticos, considerando a produção local para distribuição estadual, de modo a contemplar nas escolas a diversidade e a pluralidade racial, étnica, religiosa e de gênero da sociedade brasileira e pernambucana;
- Legislar para a criação de mecanismos e estratégias de promoção da educação inclusiva, não racista, não sexista, não lesbofóbica, não transfóbica, não lgbtfóbica, que respeite às diferenças e valorize a diversidade;
- Legislar pelo fortalecimento da educação no campo;
- Apoiar a garantia da oferta de educação escolar quilombola, respeitando as diretrizes específicas já estabelecidas e as realidades dessas comunidades;
- Reivindicar a realização periódica de Conferência Estadual de Educação plural e representativa com ampla participação das comunidades escolares para formulação de políticas públicas.







Saúde

Entendemos que a defesa da saúde é uma pauta fundamental para uma plena democracia em nosso país. Para isso, é urgente a reafirmação do caráter social da política de saúde, como afirma a Carta Compromisso construída na Conferência Livre Democrática e Popular de Saúde. É preciso que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja 100% público e que não somente o acesso aos serviços, mas a todos os produtos de saúde sejam garantidos a todas as pessoas.

Nos últimos anos, infelizmente, falar sobre saúde pública no Brasil tem sido sinônimo de uma série de problemas que decorrem de fatores diversos, seja de gestão dos serviços, seja do adocimento da população, dentre outras questões. A Emenda Constitucional N° 95, que impôs o limite de investimentos públicos em áreas importantes, dentre elas, a saúde, tem aprofundado as desigualdades sociais. Por isso, é urgente a sua revogação. Não podemos nos esquecer que também é urgente tirar Jair Messias Bolsonaro do poder e os que seguem a sua política de morte nas demais esferas do Executivo e do Legislativo. Se, hoje, temos mais de 680 mil mortes por Covid19, é por conta de sua postura no governo, de negar não só a pandemia, mas a ciência e dificultar a vacinação no país.

Desde o início da pandemia de Covid19, temos testemunhado de forma ainda mais acentuada a importância do SUS como garantia de dignidade e justiça social. Apesar da saúde ser colocada na Constituição Federal como direito de todos e dever do Estado e de 70% da população depender exclusivamente do SUS para serviços e produtos de saúde, sabemos que este Sistema tem sido negligenciado nas mais diferentes esferas de poder. Em Pernambuco, o SUS está caótico. O caos atinge principalmente as mulheres e a população negra e pobre, que compõem 80% do público que depende do SUS. As mulheres representam 70% das usuárias da atenção básica e, dessas, 60% são negras, segundo o IBGE.



É inadmissível que o Brasil seja o país onde mais morreram gestantes e puérperas por causa da Covid19 no mundo (8 em cada dez eram brasileiras) e que 60% dessas mortes tenham sido de mulheres pretas e pardas. Também somos o país em que o racismo estrutural faz com que se legitimem práticas de violência obstétrica sob a justificativa de que mulheres negras são mais resistentes às dores. Infelizmente, esses percentuais não estão descolados de outros fatores de desigualdades. Pernambuco é o terceiro estado com maior concentração de renda e Recife é a capital nacional das desigualdades.

As desigualdades se refletem nas mais diversas formas e uma delas é o acesso à saúde. A gente entende que, para reduzir o cenário de tantas injustiças e desigualdades, é fundamental que a saúde chegue a quem mais precisa. Além disso, compreendemos que a saúde está interligada a outros direitos humanos fundamentais, como moradia, saneamento básico, educação, transporte público e alimentação de qualidade, direitos trabalhistas, uma vida sem violência, dentre outros. A defesa da saúde é também uma forma de enfrentar as opressões, sejam elas de gênero, raça ou classe, mas também de outros tipos, como o capacitismo, a LGBTQIA+fobia, o etarismo etc. Ressaltamos também que há problemas, como os de sofrimento psíquico, que são causados e/ou agravados por desigualdades estruturais, como o machismo, o racismo e a pobreza.

Defendemos o fortalecimento da Rede Básica de Saúde e uma atenção primária cada vez mais valorizada, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família, que é a porta de entrada e regulação da Rede de Atendimento à Saúde. Além disso, a Saúde da Família resolve até 85% dos problemas sem que as pessoas precisem ir para emergências ou prontos-socorros. A Estratégia de Saúde da Família é o espaço do cuidado integral das famílias e de uma prática educadora, além de trazer economia para o orçamento público. Entendemos que o Governo de Pernambuco tem um papel de extrema importância nessa questão por fomentar, monitorar e acompanhar as políticas públicas municipais. Defendemos o papel central do Estado na indução e sustentação do Complexo Econômico de Saúde, tal como enuncia a Carta Compromisso que referimos anteriormente. Denunciamos que a hospitalização enquanto princípio e a terceirização de serviços, que têm sido marcas fortes das gestões do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em nosso estado, prejudicam investimentos na atenção básica à saúde. Também denunciemos a valorização de políticas manicomiais e o sucateamento de serviços importantes, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Faltam profissionais e medicamentos. Além disso, a quantidade de CAPS, principalmente, para transtornos infantis, é insuficiente para a magnitude da população estadual. Também tem havido, por parte do Ministério da Saúde, o desmonte do financiamento dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Não podemos assistir passivamente a superlotação dos serviços de saúde, as longas esperas pela realização de diversos procedimentos, a exemplo de consultas que podem chegar a ser marcadas para depois de mais de um ano. Não podemos aceitar que as pessoas precisem madrugar para conseguir uma vaga, que não haja acolhimento nos serviços, que a estrutura física esteja literalmente em risco ou desabando, como foi o caso do teto do Hospital da Restauração e do Hospital Getúlio Vargas. Também não podemos aceitar a falta de medicamentos e insumos básicos. Além disso, denunciemos a prevalência de um modelo de assistência à saúde que não valoriza a construção em equipe, com diversos profissionais vindo de áreas distintas.



Denunciamos ainda que os hospitais universitários, o Hospital Oswaldo Cruz, o Procape e o Cisam estão sendo subutilizados, deixando de fazer procedimentos por falta de material.

Sabemos que faltam profissionais nos serviços municipais e estaduais de saúde. Além disso, têm sido mais frequentes os processos de adoecimento por conta do trabalho nessa área. Por isso, acreditamos ser fundamental a realização de concursos públicos para melhorar as condições de trabalho em saúde no estado. Também sabemos que doenças que têm pouca visibilidade, como tuberculose, hanseníase, leishmaniose, dentre outras, seguem atingindo as pessoas e tem havido problemas no envio de medicamentos pelo Ministério da Saúde¹. Ressaltamos também que é um absurdo inaceitável que a população não tenha acesso a todos as especialidades e tratamentos que necessitam.

O estado que a gente quer é aquele em que as pessoas não só tenham pleno acesso gratuito aos serviços públicos de saúde, mas que sejam acolhidas e respeitadas em seus atendimentos de assistência à saúde. Este estado também precisa garantir que gestantes não sofram violência obstétrica e tenham um acompanhamento humanizado e de qualidade, que todas as mulheres tenham assegurados seus direitos sexuais e reprodutivos, que a saúde da população negra esteja nas prioridades, que pessoas com deficiência tenham acessibilidade, que não haja discriminações, que a comunidade LGBTQIA+ tenha pleno acesso aos seus direitos, que exista uma política séria de saúde mental, que povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ciganos) tenham seus saberes reconhecidos e valorizados, que a atenção básica seja priorizada e fortalecida, que seja garantida a participação da sociedade nos espaços de controle social, como o Conselho Estadual de Saúde e as Conferências de Saúde, que são partes essenciais da democracia junto ao SUS. A gente quer também um sistema que valorize todas as trabalhadoras e os trabalhadores, que dê condições dignas de trabalho e que saiba da importância da atuação em equipe multiprofissional e multidisciplinar. Compreendemos, sobretudo, que a saúde é construída todos os dias e que essa área precisa ser prioridade em nossa atuação. Por isso, sabemos que a luta pela saúde é parte da luta pela democracia e pela justiça social. Por uma saúde pública universal, de qualidade e acessível para todas, todos e todes. Viva o SUS!

Diante disso, para uma atuação na Assembleia Legislativa de Pernambuco, propomos:

- Defender o cumprimento no estado da Resolução 63/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que regulamenta as boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde;
- Incidir junto ao Governo do Estado sobre a necessidade de formação continuada em educação em saúde para profissionais da Rede de Atendimento à Saúde;
- Incidir para que seja feita uma auditoria cidadã das contas públicas da saúde;
- Defender que unidades escolares e de saúde básica, incluindo regiões rurais e comunidades tradicionais, abordem a prevenção à violência sexual, doméstica e de gravidez precoce ou indesejada;
- Fiscalizar nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a alocação de recursos para saúde mental, bem como monitorar essa execução;

¹ <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/saude-e-bem-estar/2022/03/14964931-tuberculose-taxa-de-cura-cai-e-numero-de-mortos-pela-doenca-aumenta-em-pernambuco-durante-a-pandemia.html>



- Legislar pelo fortalecimento do Conselho Estadual de Saúde;
- Incentivar e valorizar a participação social nas políticas de saúde;
- Atuar para garantir a contratação de profissionais de saúde para ocupar o lugar das funcionárias e dos funcionários aposentados;
- Defender a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- Apoiar a ampliação das equipes dos Núcleos de Saúde da Família (NASF);
- Cobrar no estado a implementação da Lei Federal 14.434/2022, que estabelece o piso salarial nacional de enfermeiros, técnicas de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras;
- Elaborar e incidir pela aprovação de um projeto de lei para regulamentar a obrigatoriedade de profissionais de Odontologia Hospitalar na rede estadual de média e alta complexidade;
- Defender a reimplantação de uma rede de atenção às urgências e emergências odontológicas, em nível regionalizado;
- Legislar para que haja concursos para as diversas profissões que integram a saúde e acompanhar o processo de nomeação das pessoas aprovadas;
- Cobrar nos serviços de saúde do estado a atuação de equipes multiprofissionais e multidisciplinares;
- Atuar pelo fortalecimento das residências multiprofissionais em saúde e para que os profissionais, depois de concluída a formação, sigam atuando no SUS;
- Incidir pela promoção da assistência integral à saúde indígena, respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas;
- Defender a criação da Política Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária;
- Cobrar do Governo do Estado o fomento e financiamento complementar à atenção básica;
- Cobrar mapeamento dos serviços de saúde do estado, bem como a quantidade de profissionais de cada área e as demandas de saúde de cada região;
- Defender o investimento em práticas integrativas de cuidados à saúde, uma vez que são medidas baratas e que abrangem todas as áreas;
- Incidir pela garantia da efetivação e do fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) em todo o estado;
- Fiscalizar e fomentar a atuação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador;
- Defender a promoção de ações que garantam um fluxo de informações que contribuam para a elaboração de políticas públicas que corroborem com a prevenção de casos de adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras;



- Legislar pelo fortalecimento do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (SASSEPE);
- Legislar em defesa de ações que garantam a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.
- Defender a perspectiva de humanização na assistência à gestação, ao parto e às situações de abortamento;
- Incidir para implementação de uma política pública de capacitação dos profissionais, acesso à informação e atendimento de qualidade para as pessoas antes, durante e pós-gestação;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual 15.880/2016, que assegura o direito à presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto;
- Fiscalizar a garantia pelo estado dos serviços de aborto previstos em lei;
- Reivindicar o cumprimento em Pernambuco da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Realizar audiência pública sobre violências obstétricas e morbi-mortalidade materna;
- Cobrar que a gestão estadual implemente e monitore a mudança do modelo médico centrado da assistência obstétrica atual para o modelo de uma equipe profissional que incentive o parto normal e respeite o protagonismo da parturiente, como também monitore as irregularidades e denúncias recebidas;
- Defender políticas que garantam a saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans, articulando com as instituições de formação de profissionais da saúde e combatendo a violência ginecológica e obstétrica;
- Defender que o Governo de Pernambuco distribua absorventes para pessoas que menstruam e que estejam em situação de vulnerabilidade social;
- Reivindicar a ampliação de cobertura da triagem neonatal (teste do pezinho);
- Defender a implementação em Pernambuco da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Reivindicar o preenchimento do quesito raça/cor nos instrumentos de coleta de dados na Saúde, e que seja realizado treinamento para abordagem, análise e ampla divulgação do perfil da saúde da população negra;
- Defender o acesso da saúde às populações quilombolas;
- Defender o fortalecimento da participação dos movimentos negro na esfera de controle social das políticas de saúde, garantindo os princípios da gestão participativa do SUS;
- Incentivar o financiamento de pesquisas sobre Saúde da População Negra;
- Fomentar a valorização dos saberes e práticas populares de saúde, em especial, os produzidos pelas religiões afro-indígenas;



- Legislar para o enfrentamento de práticas do racismo obstétrico;
- Defender a realização de campanhas informativas para a população negra sobre cuidados com a saúde, em especial, sobre doenças que acometem principalmente a população negra, a exemplo da anemia falciforme, Diabetes mellitus (tipo II), Hipertensão arterial e Deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase;
- Reivindicar a efetivação da Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias;
- Cobrar a implementação da realização do exame de eletroforese da hemoglobina no pré-natal;
- Fortalecer as representações dos povos e comunidades tradicionais e representações do Movimento Negro no Comitê Estadual de Saúde da População Negra e nos Conselhos de Saúde;
- Fomentar, junto à gestão estadual, campanhas educativas nas diversas mídias sobre racismo e temas relacionados à saúde da população negra;
- Defender a elaboração e reprodução de materiais educativos (campanhas acessíveis): braile, audiodescrição, letras ampliadas e libras, sobre racismo e temas relacionados à saúde da população negra;
- Reivindicar a construção de Centros de Referências para que as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei possam ter acesso ao trabalho e ao lazer;
- Defender investimentos em Serviços de Residência Terapêutica, pois são estratégias fundamentais tanto para a saúde mental quanto para as pessoas em situação de abandono;
- Incidir pelo fim do financiamento público de Comunidades Terapêuticas;



- Legislar pela assistência em saúde mental para população LGBTQIA+.
- Incidir para garantia da aplicação da Lei Brasileira de Inclusão nos serviços de saúde no âmbito estadual;
- Reivindicar a formação continuada de profissionais de saúde para lidar com as questões específicas das pessoas com deficiência, bem como da população LGBTQIA+;
- Atuar na defesa do atendimento correto da população LGBTQIA+ na rede estadual de Saúde e nos demais espaços públicos;
- Legislar pela garantia da acessibilidade comunicacional nos centros de saúde, com atenção especial aos hospitais que tratam da saúde da mulher, maternidades e hospitais que acolham mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica;
- Defender o atendimento do SUS às pessoas trans, com capacitação dos profissionais de saúde e insumos adequados, e demais questões para o processo de hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero.
- Fomentar ações com o intuito de estimular e sensibilizar os profissionais de saúde acerca das notificações das doenças de notificação obrigatória;
- Propor políticas públicas que garantam um canal e um fluxo de notificações de zoonoses ocorridas em animais por profissionais da área;
- Propor ações no âmbito da saúde única que fortaleçam os municípios do estado no controle das zoonoses e no controle populacional de cães e gatos;
- Cobrar a garantia de transparência com maior acessibilidade às notificações de doenças de notificação obrigatória;
- Elaborar políticas públicas que estimulem a população pernambucana a tomar as vacinas do Calendário Nacional de Vacinação.
- Reivindicar capacitação para profissionais de saúde na questão da prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis e no atendimento às usuárias e usuários;
- Fiscalizar nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a previsão de recursos para tratamento e combate de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bem como monitorar a execução financeira deste orçamento no âmbito estadual;
- Defender a ampliação da Profilaxia Pós-Exposição (PrEP) e da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PeP) na rede estadual de saúde;
- Realizar audiência pública sobre como a pauta dos preconceitos e estigmas de pessoas vivendo com HIV/Aids pode ser trabalhada nas escolas;
- Elaborar um projeto de lei que inclua as pessoas vivendo com HIV/Aids na listagem de VEM Livre Acesso para assegurar seus deslocamentos para consultas e exames médicos.







Cultura

A cultura sempre representou para mim um meio de resistência, uma possibilidade de nos mantermos de pé mesmo diante das muitas adversidades da vida. Convivo com a cultura desde jovem, entendo que ela é parte do que nos confere uma identidade, daquilo que nos fortalece e dá condições de autorreconhecimento. Especialmente para nossas juventudes, ela é muitas vezes um meio de sobrevivência não apenas material, mas também simbólico, especialmente no caso de jovens de periferia. Estes e muitos outros segmentos sociais, que continuam sua ação cultural com persistência e dinamismo, fazem com que a cultura seja tão viva em nosso estado.

A cultura representa a expressão de ideias e de fazeres que são, em si, revolucionários. Sua simples existência confronta, escancara e desconcerta o projeto de ódio que se instalou no Governo Federal do nosso país, que ameaça as nossas vidas e a nossa frágil democracia. A cultura está presente em cada região desse estado, nas mais diversas manifestações, mas há anos ela não está sendo tratada à altura de sua importância.

Já faz alguns anos que a cultura, para os gestores do nosso estado, parece estar reduzida aos ciclos festivos. A gente não pode mais aceitar que cultura esteja limitada a shows e atividades pontuais, pois como já disse, a cultura é viva e atravessa diversas formas das nossas vidas. Em sua plena vivacidade, ela se faz e refaz todos os dias, ela é produzida o ano todo nos mais diversos lugares. O povo pernambucano respira cultura, mas tem sido submetido a uma gestão que investe muito em marketing, faz muita propaganda e, efetivamente, desenvolve poucas políticas públicas de cultura em nosso território.

Constituída de manifestações populares e artísticas das mais variadas formas, a cultura é efervescência, acontece a toda hora e em todo lugar. Ela vai desde o Carnaval, festivais em todo estado, maracatus, afoxés, caboclinhos, papangus, bois, caiporas, caretas, escolas de samba,



passando pelas quadrilhas, pelo hip hop, passinho, teatro, dança, artes plásticas, artes visuais, cinema, museus e tantas outras formas que, devido às estruturas capitalistas, racistas, classistas, misóginas e excludentes de nossa sociedade, seguem sendo desvalorizada pelo poder público. Cultura não pode ser reduzida às manifestações elitizadas e letradas de segmentos bem instruídos da sociedade.

Por tudo isso, compreendemos que políticas públicas de cultura são políticas de promoção de igualdade e também são políticas de saúde, de educação, de segurança e des várias outras temáticas que compõem e atravessam as nossas vidas. Negar o acesso aos equipamentos culturais e às ações de cultura é proibir que se viva com plenitude, é interditar a possibilidade de questionar as desigualdades da nossa sociedade. Por isso, a minha candidatura ao Legislativo Estadual denuncia os anos de desmonte do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) de Pernambuco. Defendemos, sobretudo, o acesso a espaços e a recursos financeiros do setor cultural, com foco especial para a cultura das periferias.

Precisamos que Pernambuco tenha uma cultura que represente a construção permanente e cotidiana da vida. Precisamos garantir a manutenção de nossos artistas e dos equipamentos culturais ao longo do ano inteiro, todos os anos. É por isso que sou defensora de uma política pública de cultura perene, com o fortalecimento do SIC, com fluxo contínuo de verbas, com editais amplamente divulgados e menos burocráticos, para que a burocracia não seja um impeditivo ao acesso de recursos públicos por parte de artistas e agentes culturais que estão fora da Região Metropolitana do Recife ou não dominam todas as normas técnicas que têm sido exigidas neste campo.

Assim, quando penso em políticas públicas de cultura, considero inegociável que elas valorizem os mais diversos artistas do nosso estado, pois são imprescindíveis para um mínimo de democratização do espaço público. Em Pernambuco, nós temos uma emissora pública, a TV Pernambuco, defendo que ela tenha investimentos e estrutura suficiente para se fortalecer como um dos principais canais de disseminação das nossas produções culturais. Além disso, defendo que os poderes públicos incidam no estímulo à transmissão de produções culturais da região na programação dos canais de comunicação instalados em Pernambuco. Este tipo de medida contribui com a produção cultural da região.

Além disso, os investimentos em cultura precisam garantir a restauração, preservação e manutenção de equipamentos culturais públicos de todo estado, como museus e centros culturais, garantindo que o acesso à cultura seja efetivo para todo o povo pernambucano. Ou seja, temos o desafio de construir uma política de cultura que seja pública, acessível a todos os públicos, democrática e inclusiva em contraposição aos moldes da gestão atual que privatiza cada vez mais o nosso acesso a bens culturais.

Eu caminho ao lado de pessoas que acreditam numa política cultural aliada à política artística para formação de atores e de outros artistas em escolas e espaços culturais e formativos, mas que também incentive a economia criativa da cultura por meio de ações integradas com Secretarias de Estado, tais como as de Educação, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Considero de extrema importância levar o teatro às escolas e as escolas aos teatros, bem como favorecer trocas análogas entre ensino e outras artes, estimulando desde cedo as crianças e adolescentes a se interessarem pelas artes e contribuírem com seu desenvolvimento em nosso



estado. Acredito que a cultura tem um enorme potencial educativo, pois ela nos ajuda a construir nosso pensamento crítico. Assim, não investir nesse setor, inclusive desrespeitando artistas contratados apenas para ações pontuais, a exemplo do Carnaval, da Feneart e do Festival de Inverno de Garanhuns, revela um não investimento do Governo de Pernambuco no nosso povo e na nossa formação política. A falta de cuidado com artistas em eventos como os que acabo de citar, o atraso no pagamento de seus cachês e a desvalorização de seus honorários em comparação com o que se paga a artistas de outras regiões são alguns dos pontos contra os quais pretendo atuar na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

O estado que a gente quer valoriza quem faz cultura, proporciona dignidade para a execução deste importante trabalho e garante que a cultura se mantenha viva nas suas mais diversas manifestações. Acreditamos que a cultura transforma não só a vida de cada pessoa, mas também a coletividade e isso contribui por sua vez com diferentes aspectos, como segurança, saúde e educação. Fazer e investir na cultura é promover cidadania! Por isso, as propostas da nossa candidatura ao Legislativo Estadual para o setor cultural são:

- Cobrar da gestão estadual o funcionamento efetivo do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) e do Conselho Estadual de Política Cultural, bem como a execução do Plano Estadual de Cultura, com metas e valores compatíveis nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
- Pleitear junto à gestão estadual o fortalecimento do Fundo de Incentivo à Cultura (FIC) a partir de dotações orçamentárias anuais;
- Reivindicar que a Comissão Deliberativa do SIC estabeleça critérios de destinação de recursos do FIC para projetos culturais que tragam retorno direto para a sociedade pernambucana, já que são recursos empregados a fundo perdido, sobretudo, para moradores de áreas periféricas do estado;
- Reivindicar que a Comissão Deliberativa do SIC estabeleça critérios de inclusão social para aprovação de projetos culturais postulantes aos incentivos do Mecenato de Incentivo à Cultura (MIC);
- Reivindicar junto à gestão estadual o financiamento, a valorização e a promoção de grupos e expressões da cultura afro-brasileira, das comunidades tradicionais, quilombolas e povos de terreiros, bem como o mapeamento e a preservação dos patrimônios materiais e imateriais desses segmentos;
- Lutar pela criação e garantia de políticas afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural do estado;
- Abraçar iniciativas que valorizem a produção artística e cultural das mulheres negras em sua diversidade de expressões.
- Reivindicar alocação de verbas nos editais do setor cultural para projetos e eventos que sejam realizados em comunidades periféricas do estado e que valorizem as manifestações culturais próprias dessas comunidades em suas diversas linguagens artísticas;
- Reivindicar a descentralização dos editais, leis, programas e fundos do setor cultural para



projetos e eventos realizados fora da Região Metropolitana, contemplando todas as regiões do estado;

- Legislar para garantir ações afirmativas nos editais, leis, programas e fundos do setor cultural;
- Pleitear junto à gestão estadual a distribuição equilibrada, ao longo do ano, das verbas e editais do setor cultural, e não apenas nos ciclos de festas, de modo que se estabeleça um fluxo contínuo que valorize o trabalho dos indivíduos e dos grupos que tradicionalmente fazem cultura no estado e que possibilite a manutenção dos espaços e a sustentação dos fazedores de cultura;
- Fiscalizar a liberação de recursos em tempo hábil, por parte da gestão estadual, para projetos e eventos selecionados pelos editais do setor cultural;
- Cobrar a realização de formações continuadas sobre o funcionamento de editais e plataformas do setor cultural, a exemplo do Funcultura e do Mapa Cultural, garantindo o acesso justo a esses financiamentos, em especial a fazedores de cultura do interior do estado;
- Cobrar que a gestão estadual disponibilize os indicadores culturais para que tenhamos transparência na execução da política cultural do estado;
- Fortalecer a atuação do Conselho Estadual de Política Cultural na busca por garantia de transparência, controle e participação social efetiva da população na gestão das políticas culturais do estado;
- Cobrar que a política cultural do estado seja aplicada de forma integrada com diferentes setores como a educação, esporte, saúde, meio ambiente, entre outros;
- Atuar em prol do incentivo a produções culturais coletivas em contraposição ao beneficiamento do empreendedorismo cultural individual;
- Cobrar a execução de editais específicos por região do estado, ampliando o acesso e estimulando a descentralização dos recursos;
- Pleitear, junto a movimentos de cultura, que critérios de comprovação de atividade cultural dispostos na Lei Estadual 14.104/2018 não sejam analisados nos editais de cultura a partir de uma lógica mercadológica, excluindo fazedores de cultura de concorrer esses editais;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual 16.790/2019 e atuar para garantir o pagamento célere de artistas, fornecedores e prestadores de serviço do setor cultural;
- Cobrar a desburocratização e democratização dos editais de financiamento à cultura, com isto buscar simplificar as exigências dos editais estaduais para o setor cultural, que, na prática, acabam reproduzindo desigualdades de raça, gênero, classe, social e regional ao inviabilizarem a realização de projetos e eventos de proponentes e produtores individuais e de menor poder econômico;
- Cobrar da gestão estadual a execução das propostas da Sociedade Civil para a TV Pernambuco, em especial a estruturação técnica para a produção do próprio conteúdo televisivo e para que produtores e comunicadores em diferentes condições socioeconômicas possam acessá-la;



- Reivindicar orçamentos compatíveis com as atribuições da Secretaria de Cultura, e, em especial, reivindicar a elaboração e exigir o cumprimento de um plano de reforma e manutenção da estrutura dos teatros estaduais, com a transparência e o planejamento necessários;
- Lutar pela valorização de territórios alternativos do fazer teatral em todo o estado, já que, a maioria dos teatros estaduais se concentra em áreas centrais da RMR;
- Atuar em favor da alocação, nas peças orçamentárias, de verbas específicas para cada linguagem artística;
- Legislar para garantir acessibilidade comunicacional nos diferentes espaços culturais do estado;
- Legislar para o incentivo de expressões culturais afro-indígenas, de comunidades tradicionais, de povos de terreiro e quilombolas, expressões culturais que são impactadas pelo racismo que estrutura nossa sociedade;
- Defender políticas afirmativas para produções culturais de pessoas negras na política cultural do estado;
- Valorizar a produção cultural de setores vulnerabilizados, em especial de mulheres negras, periféricas, LBTs e com deficiência;
- Zelar pela valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural material e imaterial pernambucano, fomentando ações museais que - a exemplo da Política Nacional de Museus - preserve, revitalize e fortaleça instituições museológicas existentes e fomente a criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do estado.







Direito à cidade

Quem me conhece sabe que o direito à cidade está no meu raio de reflexão e ação há muito tempo. Minhas relações com movimentos de luta por moradia e transporte impõem o compromisso de pensar e agir por uma vida melhor nas cidades. Faço isso com muita convicção da necessidade e com respeito às conquistas e acordos que antecedem a minha atuação. Nesse sentido, acredito que no Legislativo estadual poderemos ampliar a repercussão de demandas históricas e ainda muito atuais no estado de Pernambuco. Além disso, segundo dados do último censo demográfico nacional (IBGE, 2010), mais de 80% da população de nosso estado vive nas áreas urbanas das cidades pernambucanas. Assim, pensar as cidades e o direito que as pessoas têm em relação a elas é algo central para uma boa atuação parlamentar nesse estado e, por tudo isso, este tema foi e continua sendo pauta importante nos meus planos.

O direito à cidade é um tema muito amplo, que passa certamente por moradia adequada e digna, em área saneada e estável, com a devida regularização fundiária, mas também significa a garantia de uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos, com mobilidade efetiva, justa, sustentável e segura, além do reconhecimento e respeito aos territórios ocupados por populações tradicionais. Para tanto, decisões fundamentais para difundir o modelo de cidade em que acreditamos, através de instrumentos como o Plano Diretor, precisam ser construídas e atualizadas com participação popular, de maneira transparente e coletiva, nos mais diversos municípios pernambucanos. Além disso, instrumentos que criam Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social precisam ser divulgados e ampliados para garantir cada vez mais que famílias possam viver com segurança em seus lugares de origem, impedindo que a especulação imobiliária transforme estes territórios de origem popular em conglomerados de edifícios comerciais e condomínios de luxo, inacessíveis aos ocupantes originais destes territórios. Tomando como exemplo a capital de nosso estado, sabemos por dados da Prefeitura Municipal que existe um déficit habitacional de mais de 70 mil unidades na cidade, enquanto



no mesmo território dados do último censo demográfico (IBGE, 2010) estudados pelas ONGs Habitat Brasil e Fase apontam a existência de 43,5 mil imóveis não ocupados, sem cumprir sua função social. Defendemos, portanto, a habitação de interesse social no centro da política de direito à cidade em Pernambuco, uma habitação bem localizada, com condições de habitabilidade, com segurança da posse, com a certeza de que isto otimiza despesas de deslocamento da população mais vulnerável, respeita a história de nossos aglomerados urbanos e promove justiça social. Ademais, pautamos a efetiva função social da propriedade, a redução do déficit habitacional, a promoção da mobilidade ativa, bem como a oferta de abastecimento d'água e saneamento universal. Propomos que a cidade seja encarada como um bem comum e não como mero espaço de negócios acessível apenas por quem pode pagar.

Além disso, integro o grupo que defende o uso misto das áreas urbanas. Neste contexto, o termo “uso misto” representa o desenvolvimento das cidades com áreas que congreguem comércio, restaurantes, outros tipos de empresas e residências, facilitando circulação e acesso de pedestres, reduzindo a necessidade do uso cotidiano de automóveis. Diversos estudos apontam que bairros de uso misto melhoram as conexões sociais e incentivam o transporte público, garantindo uma dinâmica urbana que promove segurança e, ao mesmo tempo, amplia o tempo livre da população residente, otimizando as possibilidades de trabalho e lazer. Dessa maneira, em vez de cidades que separam suas áreas de moradia, comércio e lazer, saturando frações de seu território, farei os esforços que puder para incentivar o uso misto do solo urbano de nossas cidades, tentando contribuir para o planejamento de cidades mais sustentáveis em nosso estado.

Dito isto, fica evidente que eu compreendo que a concretização do direito à cidade, conforme o disposto no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), está sempre associada à garantia do conjunto de direitos humanos e não se separa jamais dos direitos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Porém, durante a pré-campanha, nossa discussão sobre direito à cidade focou especialmente em habitação, transporte e saneamento; mantemos o mesmo foco neste Programa de Atuação - com a devida certeza de que esta plataforma deve ser perseguida em paralelo às demais lutas que estão expressas em outras seções deste documento.

Como nossos passos vêm de longe e são comuns a muitas pessoas, começo a registrar essas propostas fazendo o reconhecimento público à Conferência Popular pelo Direito à Cidade. Realizada em junho de 2022, esta Conferência resultou de um amplo processo de 10 meses de debates, 232 eventos preparatórios e efetiva construção coletiva em que mais de 600 entidades aderiram ao resultado de síntese que contém centenas de propostas distribuídas em 16 eixos temáticos. Com forte participação de movimentos, pesquisadores e ativistas pernambucanos, esta Conferência é um marco para a nossa política urbana e um ponto de partida importante para a plataforma de atuação de quem se compromete com a construção de cidades com justiça social e ambiental. Deste processo e do papo aberto que fizemos sobre o tema, surgem minhas grandes prioridades em relação ao direito à cidade: 1a) evitar mortes por desastres urbanos e 2a) evitar despejos.

Na sequência, as demais propostas que inspiram minha atuação em relação a este tema no parlamento estadual de Pernambuco.



Habitação

- Garantir que o direito à moradia prevaleça em relação aos direitos de propriedade privada buscando efetivar o disposto no texto constitucional brasileiro, no Estatuto da Cidade e na Lei Federal 11.124/2005 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social);
- Ampliar investimento nas Zonas Especiais de Interesse Social, com planos de regularização e desenvolvimento urbano e social das áreas;
- Legislar em âmbito estadual para contribuir com a efetivação da Lei Federal 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social;
- Defender a função social da propriedade e aplicação dos instrumentos que visam sua garantia e estão previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001);
- Pautar a revisão dos Planos Diretores das Cidades e sua eventual construção nos municípios onde são necessários;
- Ampliar a regularização fundiária das propriedades de moradia, garantindo - sempre que possível - a titularidade dos imóveis em favor das mulheres;
- Destinar patrimônio imobiliário público para atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, em especial moradores de áreas de risco;
- Defender a obrigatoriedade de transparência na produção de listas de espera de projetos habitacionais, com informações sobre tempo de espera e condições preferenciais (como mulheres chefe de família, idosos e pessoas com deficiência);
- Defender a democratização e o funcionamento das instâncias decisórias da política urbana e a participação da sociedade civil na gestão da política urbana e habitacional das cidades pernambucanas;
- Fiscalizar as isenções fiscais promovidas por órgãos públicos em Pernambuco ao setor privado com o objetivo de ampliar a oferta habitacional, verificando eventuais riscos ao erário e buscando promover justiça tributária;
- Fiscalizar a atuação dos poderes públicos na prevenção de deslizamentos e enchentes;
- Defender o respeito a características étnicas e culturais de populações tradicionais e grupos prioritários para as políticas públicas de habitação;
- Defender a reestruturação da política de defesa civil de Pernambuco;



Saneamento

- Defender a universalização de saneamento e abastecimento d'água nas cidades pernambucanas;
- Investir em obras de estrutura para captação, tratamento e distribuição de água potável;
- Combater a privatização dos mananciais e dos serviços de saneamento;
- Fiscalizar a manutenção do abastecimento regular de água potável e do saneamento nas periferias urbanas;
- Incidir pela ampliação do abastecimento regular de água potável e de saneamento em áreas de moradia rural;
- Legislar em âmbito estadual visando a instituir o fornecimento de um volume mínimo de água potável, com tarifa zero, para famílias de baixa renda;
- Defender a ampliação da tarifa social de abastecimento d'água e esgotamento sanitário;
- Estimular a difusão de experiências de reuso de águas cinzas;
- Estimular a difusão de cisternas de captação de água das chuvas;
- Pautar o desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Fiscalizar o cumprimento de metas e a prestação dos serviços da PPP de saneamento da RMR;
- Cobrar que os municípios da RMR e a Compesa prestem os serviços de saneamento ambiental nos trechos do território não atendidos pela PPP de saneamento;

Transporte

- Fiscalizar e incidir para que os municípios pernambucanos ampliem a acessibilidade ao transporte de pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade;
- Legislar visando a democratizar o uso do espaço público, combatendo privilégios de automóveis, com a ampliação de faixas exclusivas para ônibus, ciclovias e vias de pedestre acessíveis, com desenho urbano orientado para as pessoas de todas as idades, gêneros e grupos étnicorraciais;
- Legislar visando a diversificar investimentos em transportes, estimulando modais diferentes da rodovia;
- Legislar visando a integrar os diversos modos de transporte urbano e interurbano;
- Legislar visando à ampliação de investimentos em calçadas, travessias, ciclovias, bicicletários públicos, semaforização, iluminação pública em contrapartida da redução de investimentos com estruturas para automóveis;



- Legislar em busca de incentivos fiscais para produção e aquisição de bicicletas;
- Legislar visando a ampliar a prevenção de acidentes no trânsito, por meio de ações de (i) redução de velocidade, incluindo ampliação das zonas calmas nas cidades e controle de velocidade média em rodovias, (ii) ampliação da segurança para modos ativos de transporte, (iii) adaptação dos trechos de rodovias urbanas para circulação de ciclistas e pedestres, (iv) regulamentação de parâmetros de segurança e controle de velocidade para a fabricação de novos veículos e (v) educação para o trânsito seguro;
- Defender a adoção de mais políticas que privilegiem o transporte coletivo de qualidade, bem como o respeito ao ciclista e ao pedestre;
- Ampliar o passe livre estudantil;
- Defender o passe livre para população desempregada e para estudantes do ensino superior;
- Garantir a participação e o controle social no planejamento dos sistemas de mobilidade urbana, com amplo acesso às informações e dados de gestão, demanda e caracterização dos usuários, custos de operação, financiamento e definição de linhas e trajetos, assegurando o debate público e a consideração de propostas que atendam demandas de diferentes grupos sociais;
- Reivindicar políticas públicas de mobilidade que sejam estruturadas pelo debate de gênero e diversidade, combatendo o machismo, a discriminação e a intolerância na sociedade para o fim dos assédios, estupros e outras violências e inseguranças vividas por mulheres cis e trans e outros grupos sociais pautando dispositivos e aplicativos de segurança, como por exemplo, a adoção da Parada Segura, e o fomento à paridade entre pessoas trabalhadoras do transporte público e privado;
- Fazer da mobilidade urbana um polo de políticas antirracistas e de igualdade de gênero, combatendo aspectos sexistas e segregadores da população negra como: (i) garantia da mobilidade em territórios negros; (ii) fim da violência policial nos transportes, (iii) segurança para ciclistas e pedestres; (iv) modificação da lógica de exploração econômica do transporte público que prejudica a população negra pela superlotação, piores veículos e redução da disponibilidade do transporte em territórios negros; (v) ampliação da participação da população negra e feminina na gestão do transporte; (vi) combate à política tarifária pelo seu caráter de expropriação racial no transporte; (vii) garantia da segurança para a mobilidade das mulheres; (viii) combate ao racismo ambiental.
- Por fim, destaco a necessidade de restabelecer a operatividade e a força de uma agência de planejamento e indução do desenvolvimento urbano em nosso estado, papel que outrora foi desempenhado pela Agência CONDEPE/FIDEM. O compromisso de recompor as possibilidades de atuação desta autarquia estadual e a disposição para contribuir com a progressiva consolidação de seu raio de ação além da Região Metropolitana do Recife também estão no meu horizonte de atuação parlamentar estadual.





Atenas
NEGRAS
CONSEJO

Por VIDA
MULHERES

Por
50.
EM
GR



Direito à memória, verdade e justiça

A inclusão deste tema nesta plataforma de atuação parlamentar se deve primeiramente à centralidade da questão na minha própria trajetória. Apesar do ano 2022 ter me marcado com ameaças decorrentes das falsas notícias de que eu teria proposto - como vereadora do Recife - a substituição de uma imagem do General Castelo Branco por outra de Fidel Castro, considero importante lembrar que minhas reivindicações de direito à memória, verdade e reparação vêm de muito antes. Eu sou pessoalmente marcada pelo último período reconhecido como ditadura militar na história do nosso país. Sou filha adotiva de um ex-presos político que ficou estéril devido a torturas sofridas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), um dos principais órgãos de repressão da Ditadura instalada em 1964 no Brasil. Meu pai foi levado para o Rio de Janeiro e lá foi torturado inúmeras vezes. Cresci sendo acordada na madrugada pelos gritos deste pai que tinha pesadelos frequentes e acordava apavorado. Ele morreu em 2016, aos 87 anos de idade, depois de conviver com o horror dessas lembranças da ditadura durante o restante de sua vida. Além disso, minha primeira formação de nível superior foi concluída no curso de História. Estes fatos me dão a certeza de que falar de memória é falar de justiça não apenas em relação ao passado, mas também em relação à expectativa de um futuro que não repita (nem como farsa) as tragédias que vivemos outrora.

O ano da morte de meu pai foi o mesmo da contestada deposição da primeira e única presidenta eleita na história da República Federativa do Brasil. A partir dali, temos notado a emergência de um revisionismo dos abusos praticados pelos ditadores. Naquele fatídico ano de 2016, na votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o então medíocre deputado federal Jair Messias Bolsonaro tomou o microfone e dedicou seu voto à memória de um dos piores torturadores da nossa história. Aquele gesto está diretamente relacionado com minha decisão de colocar meu corpo, minhas ideias, minha voz e minha vida à disposição da memória das vítimas do revisionismo histórico. A preservação da memória dos crimes praticados



pela Ditadura e a manutenção de iniciativas como a Comissão da Verdade são formas de defender a democracia, que recentemente foi restaurada no Brasil e desde 2016 voltou a ser fortemente ameaçada. A gente está vivendo tempos sombrios; aquele medíocre deputado foi eleito Presidente da República em 2018. Ele, seu vice e muitos de seus seguidores vêm propagando ódio, desinformação e revisionismo; negando crimes históricos e atentando contra a memória de vítimas de abusos que não podem ser esquecidos e precisam ser continuamente combatidos.

Estes problemas não tocam apenas a mim e aos últimos 58 anos de história nacional pós-golpe de 1964, tratam-se de problemas estruturais da sociedade brasileira. Nosso país cresceu sob o mito da descoberta pelos europeus. Esta suposta descoberta não passou da usurpação de territórios e riquezas por invasores estrangeiros que se encontravam em posição de superioridade belicosa e implantaram em nosso território um projeto de exploração que começou com a extração de riquezas naturais e prosseguiu com o latifúndio agrícola sustentado pela escandalosa escravização do povo negro sequestrado em sua terra natal e forçado a migrar para um Novo Mundo onde foi obrigado a trabalhar e viver em condições desumanas. Na sequência, sucederam-se diferentes projetos nacionais e locais de exploração da maioria do povo por uma pequena elite que vem logrando êxito em inverter os sentidos da verdade e tratar amplos segmentos da sociedade como se fossem minorias.

Por tudo isso, o direito à memória, à verdade e à reparação é um dos temas centrais de minha plataforma de atuação no Poder Legislativo de Pernambuco. Precisamos recontar a história do nosso lugar, defender as memórias daqueles que nos precederam nas lutas por um mundo melhor e garantir que os horrores de nosso passado não se repitam no presente nem no futuro. Diante de um governo federal que fere sistematicamente a verdade, que não abriu nem um único campus de universidade pública, que contingenciou 92% do orçamento de ciência e tecnologia do país, sinto-me no dever ético de continuar trabalhando para deter a reprodução de mentiras, a superficialização e a negação dos saberes históricos. Farei isso em todos os lugares que eu vier a ocupar.

Sem antecipar as propostas que apresentarei adiante, digo ainda que temos muitos desafios a enfrentar especificamente em Pernambuco. Precisamos resgatar a memória de importantes lideranças invisibilizadas ao longo de nossa história, pesquisar e conhecer mais suas trajetórias e conquistas, bem como ensinar a nosso povo um pouco mais sobre tudo o que pode contribuir para manter equilibrada a balança da justiça. Precisamos difundir os resultados dos trabalhos da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, precisamos inclusive restaurá-la e ampliar seu espectro de investigação e ação, mas também precisamos ir além do que alguns estudiosos denominam de “comissionismo”, gerar mais conhecimento e difundir as conquistas de uma boa parte das lideranças de origem popular, muitas das quais negras, que em diferentes momentos da história pernambucana resistiram e alcançaram sucesso na manutenção de importantes valores políticos e culturais de nosso Estado. Além dos esforços em direção ao passado, precisamos restabelecer formas de reparação de abusos; ainda devemos grandes reparações tanto do ponto de vista material quanto simbólico, principalmente ao povo negro e às mulheres que por muito tempo foram ofuscadas na história pernambucana, apesar de terem nos deixado grandes legados nas mais diversas áreas.



Por fim, relembro que os últimos anos vêm confirmando que a democracia brasileira ainda é frágil, seu restabelecimento é muito recente entre nós e, frente a isso, a atuação parlamentar a que me proponho terá um forte compromisso de defesa do direito à memória, à verdade e à reparação histórica. Para isso, o conjunto de proposições abaixo será um guia inicial de nossa atuação na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Estruturadas em três segmentos, estas proposições versam primeiramente sobre o que esperamos poder realizar a partir do próprio Poder Legislativo, mas também se dirige a articulações que intencionamos desenvolver sobre o tema junto à sociedade civil, cooperação internacional e Poderes Executivos.

Em âmbito Legislativo

- Fiscalizar e zelar pelo cumprimento da Lei Estadual 16.629/2019, que “veda à Administração Pública do Estado de Pernambuco realizar qualquer tipo de homenagem ou exaltação ao Golpe Militar de 1964 e ao período da ditadura, bem como a atos ou fatos caracterizados por preconceito ou discriminação racial”;
- Identificar as homenagens e referências já usuais em Pernambuco a violadores de direitos, discutir com os órgãos de patrimônio histórico as possibilidades de alteração de eventuais denominações oficiais que reverenciem personalidades e/ou fatos que atentem contra valores democráticos;
- Homenagear lugares, fatos e personalidades destacáveis para a preservação da memória e difusão de novos conhecimentos sobre a história pernambucana em favor da justiça social e da democracia;
- Manter iniciativa contínua de identificação de fatos, lugares, pessoas, movimentos sociais e instituições que constituem memórias de resistência em favor da justiça social e da democracia em nosso território;
- Desenvolver roteiros de visitação, organizar visitas guiadas, publicar guias e realizar diferentes site-ins em locais de memória de Pernambuco;
- Elaborar proposta de regulamento e envidar esforços para que a Assembleia Legislativa de Pernambuco realize periodicamente concurso estadual de estudos sobre o tema do direito à memória e reparação;
- Envidar esforços para concretização das recomendações da Comissão Nacional da Verdade no território de Pernambuco;
- Contribuir para a difusão dos resultados de trabalho da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara;



Em articulação internacional e com a sociedade civil

- Impulsionar o debate com representações consulares e embaixadas de outros países que avançaram nas políticas de reparação, visando difundir tais iniciativas no contexto local e inspirar agentes nacionais a reproduzir iniciativas exitosas sobre o tema;
- Contribuir para a realização de intervenções em parceria com movimentos sociais, sindicatos e coletivos diversos nos locais, datas e instituições importantes para a memória de defensores dos direitos e da democracia no país;
- Difundir as dezenas de milhares de fontes documentais, bem como os relatórios e publicações da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Hélder Câmara;
- Produzir audiovisuais de curta duração sobre o tema;
- Estimular a ação artística e cultural em relação ao tema;
- Envidar esforços para a ampliação de ações em relação a este tema que incorporem novos recursos tecnológicos e linguagem adequada ao público juvenil para difundir conhecimentos sobre marcos factuais, pessoas, movimentos e instituições importantes para a defesa de direitos populares e democráticos em Pernambuco, um exemplo exitoso neste sentido é o perfil “Eva Stories” que, em uma rede social digital, disponibiliza vídeos baseados nos diários de Eva Heyman, morta em outubro de 1944 no campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, tal iniciativa atinge mais de um milhão de pessoas, majoritariamente jovens;
- Envidar esforços para ampliar diálogos com as mais diversas instituições sociais e com organismos de cooperação internacional no sentido de pesquisar e difundir conhecimentos sobre memórias de resistência em favor da justiça social e da democracia em nosso território;
- Difundir e estimular iniciativas educacionais de preservação da memória e salvaguarda de acervos, a exemplo dos exitosos projetos “Adote uma memória” e “Adote um acervo”;

Em articulação com Poderes Executivos

- Ampliar diálogos com os Poderes Executivos no sentido de pesquisar e difundir conhecimentos sobre memórias de resistência em favor da justiça social e da democracia em nosso território;
- Identificar locais onde vítimas de violações foram recolhidas e instalar placas de informação nestes locais, a exemplo da iniciativa internacional conhecida como “Pedras de Tropeço”;
- Estabelecer concurso de redação (a exemplo do Prêmio Naíde Teodósio) para estudantes da rede estadual de ensino sobre temas históricos em favor da democracia em Pernambuco;
- Estabelecer concurso de redação (a exemplo do Prêmio Naíde Teodósio) para estudantes de redes municipais de ensino sobre temas históricos em favor da democracia em diversos municípios do Estado;





- Desenvolver portal educativo digital, que disponibilize recursos didáticos úteis para a discussão desse tema em escolas de ensino básico e igualmente potentes para a formação continuada de professores;
- Difundir as dezenas de milhares de fontes documentais, bem como os relatórios e publicações da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara;
- Estimular a ação artística e cultural em relação ao tema;
- Subsidiar Poderes Executivos para iniciativas de preservação da memória, promoção da verdade e reparação histórica.







Segurança pública e direitos humanos

Vou começar esse tema sem fazer discursos técnicos sobre segurança, direito ou história, mas relembro minha atuação no Legislativo da capital pernambucana, onde recentemente foi retomada uma discussão antiga sobre o fato da Guarda Municipal do Recife ser uma das poucas que não regulamentou a possibilidade de uso de armas de fogo por parte de seus operadores. A Câmara instalou neste ano de 2022 uma Frente Parlamentar para discutir o porte de arma por agentes da Guarda Civil Municipal. Eu me integrei a esta Frente porque eu sou contrária às armas de fogo pelo simples fato de que elas não podem gerar comida, afeto e força para ninguém. Até onde eu sei armas de fogo só podem fazer duas coisas: ferir e matar! E, ainda mais grave, quem mais morre por ferimentos decorrentes de disparos com armas de fogo são as pessoas mais vulnerabilizadas em nosso país, as pessoas pobres, pretas e periféricas. Porém, eu não vivo num mundo de fantasias e sei que há conflitos extremos nos quais o uso das armas de fogo tem algum fundamento.

A decisão sobre a adequação do emprego destas armas é objeto de muitas controvérsias e há órgãos que se dedicam especificamente ao estudo destes casos; o que sabemos é que já existem muitos casos de abuso constatados. Em Estados democráticos de direito, o uso da força pelas forças policiais tem previsão legal e está condicionado a princípios técnicos e normativos, nacionais e internacionais. Os principais documentos internacionais que normatizam o uso da força são: o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1979), os Princípios Orientadores para a Aplicação efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1989) e os Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1990). No Brasil, a Portaria Interministerial nº 4.226/2010 estabelece diretrizes para o uso da força pelas polícias, dentre as quais a de que os agentes devem obedecer aos princí-



pios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência no exercício da atividade policial.

Assim, não é por acaso que reunimos neste documento os temas da segurança pública e dos direitos humanos. Precisamos conjugar cada vez mais esses princípios, a segurança precisa ser um direito e não uma ameaça para quem mais precisa das políticas públicas em nosso estado e em nosso país. Uma segurança pública que respeite e promova o ordenamento legal é o que defendo fundamentalmente em relação a este tema. Sei muito bem que é um desafio na realidade brasileira falar de segurança pública como uma ferramenta para a garantia dos direitos humanos, mas é justamente por causa dos desafios que estou na política. Sentir-se em segurança é um direito de todas as pessoas e territórios, nosso estado ainda está longe de garantir este direito, principalmente para as mulheres, os povos indígenas e a população negra e periférica. Além disso, estamos passando por um momento nacional de flexibilização das regras relativas às armas de fogo e isto se soma ao aumento de violência policial nos grandes centros urbanos brasileiros para tornar o problema da segurança cada vez mais urgente.

Entre os anos de 2019 e 2020, segundo uma pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança, cresceu 53% o número de mortes causadas pelas polícias em nosso estado. A pesquisa ainda apontou que em 2020, das 113 mortes causadas por operadores de polícia, 109 foram de pessoas negras, ou seja, 97% das mortes causadas pela polícia no estado são contra pessoas negras. Isso me dá condições de afirmar que existe uma política sistêmica do estado em relação às pessoas negras. Na Região Metropolitana do Recife, também em 2020, todas as mortes causadas pela polícia foram de pessoas negras. A política de segurança para pessoas negras em nosso estado é, portanto, uma política de morte. O fator racial é decisivo para indicar os riscos de ser letalmente ferido pelo Estado em Pernambuco. Por isso, é urgente falar de direitos humanos no contexto da segurança pública pernambucana, que nos últimos anos tem se mostrado protagonista nas violações de direitos contra a população negra.

O sistema prisional de Pernambuco tem a maior superlotação do país, segundo pesquisa de 2019 realizada pelo Monitor da Violência. A quantidade de presos era naquele ano 178,6% maior que a capacidade das prisões do estado. Isto se deve à lógica falida de punitivismo e encarceramento em massa, repetindo-se como uma clássica fórmula de enxugamento de gelo. O estado não regula a origem dos problemas que causam criminalidade, não assegura renda básica nem consegue garantir direitos básicos e tenta coibir a criminalidade prendendo o povo pernambucano e não o preparando para ampliar suas condições de sobrevivência e contribuição com o próprio desenvolvimento de nosso território.

Como se sabe, há muitos anos, a violência letal na Região Metropolitana do Recife é assustadora. Esta forma extrema de violência voltou a crescer na Região após a derrocada do Pacto pela Vida. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado Brasil, somente no primeiro semestre de 2022 tivemos 109 pessoas assassinadas no interior de suas residências ou em frente às suas próprias casas. Na Mata Sul do estado, estamos vendo uma escalada de violência em cidades como Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que registram homicídios diários, inclusive de crianças e adolescentes, o mesmo se repete no Agreste pernambucano. Para piorar a situação, a última edição do “Atlas da Vilência” (2021), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontou que a



violência nas áreas rurais voltou a crescer em todo o país, inclusive em Pernambuco. A cultura armamentista que estamos vivendo atualmente contribui muito com esses fatos com a menor restrição de acesso às armas de fogo e munições. Não podemos aceitar que a violência continue crescendo em nosso estado nem que seja normalizada em nenhum contexto. Por isso, o nosso programa entende que a segurança pública é uma discussão central. Não iremos fugir desse tema, apesar de reconhecer os importantes desafios que ele carrega. Estou disposta a continuar enfrentando as respostas prontas e buscando promover debates qualificados, como tenho feito na Câmara Municipal do Recife, onde sou a única vereadora contrária ao uso de armas de fogo por guardas municipais que integra a Frente Parlamentar a que fiz referência no início deste texto.

Não vou fugir desse debate porque ele é fundamental para assegurar a vida das pessoas em Pernambuco. Precisamos ampliar, aprofundar e conferir uma maior qualidade a este debate, ouvindo-nos respeitosamente e nos abrindo para uma leitura mais aprimorada das evidências científicas sobre o tema. Não quero combater violência apenas com flor, mas não vou deixar de usar minhas flores na tentativa de promover segurança pública. Neste campo, é urgente que o Poder Executivo reforce sua previsão constitucional de comando das forças de segurança, bem como é fundamental que a ação de inteligência policial suplante as medidas ostensivas de policiamento para coibir a ação de fontes causadoras de violência e não apenas a manifestação de alguns de seus sintomas. Esta ação inteligente de comando precisa ampliar a integração e complementaridade das diferentes forças policiais do estado (Polícias Civil, Penal e Militar) com os operadores de segurança pública dos municípios e do Governo Federal que atuam no território pernambucano. Além disso, a segurança pública precisa ampliar sua interação com as demais políticas, instituições e iniciativas garantidoras de direitos.

Isso tudo é urgente porque todos nós desejamos e merecemos viver numa sociedade mais segura que considere também as necessidades das periferias, do campo, das aldeias, dos quilombos e áreas mais pobres desse estado. Como muitos movimentos sociais vêm fazendo, eu também me pergunto: “Para quem tem sido priorizada a segurança pública em Pernambuco?”. Para que esta prioridade não seja de poucas classes sociais, é fundamental entender que os direitos humanos, como fator indissociável para a transformação da nossa realidade, devem estar na base da construção de um novo modelo de segurança pública inteligente e integrada, respeitadora e promotora de direitos. Tudo isso se faz escutando atentamente também as vítimas da violência policial e racial, dando protagonismo a quem sofre os problemas que precisamos resolver, as prisões injustas, as violações, as execuções sumárias de seus entes queridos, o desemprego, a fome e a falta de renda. Antes de entrar propriamente nas propostas, quero ainda reafirmar que “Não existe salvação para a segurança pública no estado sem a construção de um Pernambuco mais seguro para o povo preto, pobre e periférico”.

Diante de tudo isso, propomos:

- Incidir pelo fortalecimento das corregedorias e ouvidorias dos órgãos de segurança pública no estado;
- Defender maior integração das forças de segurança pública atuantes em Pernambuco, tanto as geridas pelo Governo Estadual quanto as de ordem federal e municipal;



- Incidir pelo fortalecimento dos serviços policiais de inteligência e investigação;
- Incentivar a criação de mecanismos que observem e acompanhem os casos de violência letal em Pernambuco, construindo uma plataforma de dados atualizada e transparente;
- Defender a criação de uma política de reparação para as famílias das vítimas de violência letal por parte de operadores de segurança pública do estado de Pernambuco;
- Promover e ampliar discussões sobre a desmilitarização da polícia e a necessidade de um novo modelo de serviço policial comunitário e antirracista;
- Promover e ampliar discussões sobre uma política de drogas que não seja pautada pela repressão aos usuários;
- Incidir pela criação de mecanismos que previnam e enfrentem a violência contra a mulher, o feminicídio e o transfeminicídio, bem como acolham as vítimas;
- Retirar o incentivo punitivista que está regulamentado nas leis estaduais 16170/2017 e 16171/2017, que induz operadores de polícia a não investigar crimes graves, mas sim perseguir metas que encarceram pessoas vulneráveis;
- Legislar pela proibição do uso da tecnologia de reconhecimento facial na segurança pública em âmbito estadual;
- Incidir para autorização de acesso às imagens das câmeras que estão sob responsabilidade do estado, baseado no direito à privacidade e na Lei Geral de Proteção de Dados;
- Promover e ampliar discussões sobre a questão racial nas formações dos agentes da segurança pública do estado;
- Proibir qualquer tipo de propagandas e incentivos ao armamento e clubes de tiro;
- Lutar pela criação de um observatório estadual sobre casos de racismo;
- Incentivar políticas públicas para reduzir a população prisional e as violências produzidas em unidades prisionais;
- Lutar por mais investimento em políticas sociais de prevenção de delitos, tais como políticas de educação, saúde, trabalho e renda, moradia e lazer para jovens das periferias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com o devido recorte de gênero, raça e etnia;
- Difundir penas alternativas;
- Fortalecer as Defensorias Públicas Estaduais, que devem ter autonomia financeira com recursos semelhantes aos do Ministério Público;
- Fiscalizar a efetivação da doutrina da proteção integral no sistema socioeducativo para garantir o direito ao futuro dos jovens em conflito com a lei;
- Defender a manutenção da maioria penal aos 18 anos;
- Fiscalizar a garantia dos direitos humanos da população prisional, com especificidades para as mulheres e para a população LGBTQIA+;



- Fiscalizar a superlotação prisional, buscando incidir pela correção deste grave problema;
- Propor legislação que institua mecanismos de participação popular e fortalecimento dos órgãos e conselhos de controle social sobre o sistema prisional;
- Legislar pela vedação das privatizações de unidades prisionais e de parcerias público-privadas de “gestão compartilhada” de penitenciárias;
- Fortalecer os Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura;
- Fortalecer as políticas de reinserção e apoio a egressos e egressas do sistema penitenciário;
- Aprimorar o controle externo das atividades policiais;
- Ampliar a participação da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Pública, na formação de operadores de polícias, sobretudo militares;
- Defender políticas de redução da letalidade policial;
- Incidir pela capacitação e treinamento contínuos de operadores de polícias, especialmente na área dos direitos humanos;
- Defender a adoção de protocolos padronizados e transparentes para operações policiais;
- Incentivar uma política pública integrada de apoio psicológico às vítimas da violência de Estado, por meio da criação de programas sociais e clínicas multidisciplinares de reparação psicossocial;
- Incidir pela elaboração participativa e defender a adoção de um novo plano estadual de redução de homicídios, com os seguintes eixos: redução da taxa de homicídios e da letalidade policial; redução da vitimização de policiais; aumento do esclarecimento de crimes contra a vida; adoção de políticas públicas afirmativas em áreas com altas taxas de violência juvenil; prevenção da violência doméstica e de gênero; adoção de câmeras nos uniformes das polícias com controle democrático e transparência;
- Incidir pelo estabelecimento de metas e pela eliminação efetiva dos chamados “autos de resistência”;
- Cobrar a comunicação imediata da ocorrência de crime aos órgãos periciais;
- Incidir pelo desenvolvimento de um protocolo de padronização dos dados e informações gerais sobre a segurança pública, com o objetivo de uniformizar os procedimentos de coleta e a forma de tratamento de dados relativos ao tema, os quais servirão de subsídios para a formulação de políticas direcionadas à segurança pública;
- Defender o aprimoramento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (SINESP);
- Defender a ampliação dos processos de investigação autônoma pelo Ministério Público sobre mortes perpetradas por agentes de estado, com priorização de casos envolvendo crianças e adolescentes;



- Defender a adoção de políticas de controle rígido e fiscalização sobre armas e munições utilizadas pelas forças policiais;
- Estimular mecanismos de diálogo entre as comunidades jovens e as polícias, de modo a aproximar linguagens, reduzir confrontos e construir esferas de pactuação de procedimentos;
- Fomentar campanhas de desarmamento voluntário da população;
- Ampliar o controle sobre armas e munições, aprimorando e fortalecendo os dispositivos previstos no Estatuto do Desarmamento.







Economia, trabalho e renda

Como professora de história que eu sou, resolvi começar este tópico lembrando que o passado colonial das Américas fez com que o atual território de Pernambuco fosse a primeira região economicamente destacável no contexto capitalista posterior às grandes navegações que possibilitaram a exploração do nosso espaço por povos estrangeiros. Essa história deu origem ao primeiro ciclo econômico nacional, que se caracterizou como uma economia baseada no cultivo, beneficiamento e comércio de um único produto: a cana-de-açúcar. Até a década de 1940, Pernambuco manteve o perfil social, econômico e político herdado do período colonial. Na Zona da Mata e no litoral, predominavam a monocultura canavieira tradicional e as atividades mercantis; no agreste e nos sertões, a agropecuária de subsistência. O Estado tinha o maior PIB da Região e não era mais a grande potência econômica nacional, mas ainda se apresentava como a principal economia do Nordeste. Ao longo do século XX, a exploração de cana em outros territórios, a substituição desta matéria-prima na produção de açúcar em várias partes do mundo e a crescente produtividade canavieira de outras regiões se somaram à má gestão de um empreendimento que cresceu baseado na exploração escravagista do trabalho e não se adaptou plenamente à progressão de novos modos de produção. Assim, o ápice da economia pernambucana entrou em decadência e contribuiu para a criação de uma Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, que entre os anos de 1960 e 1978 - por exemplo - fez do Estado o principal destinatário de seus vultosos recursos que buscavam romper o ciclo de decadência em que o Nordeste açucareiro mergulhara na primeira metade do século XX. Apesar dos importantes investimentos da Sudene e do pioneirismo industrial de Pernambuco, a posição relativa do Estado no cenário econômico regional e nacional continuou a se deteriorar. Em 1970, participávamos com 24,6% do PIB do Nordeste e 2,9% do brasileiro; em 2001 essa participação caiu para 19,8% e 2,6%, respectivamente. Diversos autores, a exemplo de Vasconcelos e Vergolino (1999, p. 44), constataram que a economia do Estado, em média, crescia menos que a do Nordeste, que, por sua vez, crescia menos que a economia nacional.



A partir do final do século passado, este cenário de decadência levou ao que muitos analistas têm denominado de “guerra fiscal”. Isso significa basicamente que estados e municípios passaram a competir entre si para instalar bases de empresas produtivas em seus territórios. Para se tornarem mais atrativos a novos empreendimentos, diversos entes da administração pública renunciaram a parte dos tributos que incidem sobre a atividade produtiva. O principal tributo alvejado por esta guerra foi o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Este tipo de isenção gera perda de arrecadação que, em geral, desencadeia um maior peso da carga tributária para a população em geral e, na prática, não representa grande aumento da força produtiva nacional, mas apenas deslocamentos de uma região para outra(s) onde empresários podem pagar menos impostos. Apesar da guerra fiscal, entre 1985 e 1990, o crescimento estadual se retraiu para 2,5% a.a.; e, em seguida, na década de 1990, para 0,71% a.a. Por isso, temos convicção de que eventuais programas de isenções fiscais devem ser conduzidos com moderação e visando também à redução de desigualdades e estímulo de atividades estratégicas, conforme analisaram Sarabia e Mora (2021). Uma efetiva mudança da degradação econômica só começa a ser observada a partir dos anos 2000, devido a uma configuração econômica que vai muito além de Pernambuco e se beneficia também da expansão do mercado interno e da renda nacional que marcaram os governos Lula em âmbito nacional. No período de 2004 a 2014, o crescimento médio anual foi de 3,8%, apesar da crise mundial de 2008/2009. Após esta década de crescimento sustentado, têm se sucedido curtos períodos de crises e discretas retomadas que não caracterizam uma nova tendência de médio ou longo prazo na macroeconomia estadual.

O mais grave de toda essa história da economia pernambucana é que, mesmo quando crescemos, crescemos mal, concentramos riquezas que se tornam cada vez ainda mais concentradas, desrespeitamos o ambiente natural e não conseguimos transpor plenamente a passagem do modo industrial ao modo digital de produção. Isto faz com que cheguemos aos anos de 2020 com vários municípios pernambucanos com mais da metade da população em situação de pobreza, conforme dados de Brito (2022). Este empobrecimento da população aliado ao grande encarecimento de produtos que compõem a cesta básica, fazem com que nosso estado (e todo o Brasil) volte ao mapa da fome. O custo da cesta básica é definido por uma pesquisa feita mensalmente pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os itens dessa cesta foram definidos pelo Decreto Lei nº 399 (de 1938) que regulamentou o salário mínimo no Brasil e ainda está vigente. Composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de uma pessoa em idade adulta, a cesta básica tem bens e quantidades diferenciadas por região, de acordo com os hábitos alimentares locais. No caso de Recife, que não é muito diferente dos demais municípios brasileiros, a cesta básica praticamente dobrou de preço entre 2019 e 2022, passando de R\$ 335,21 em janeiro de 2019 para R\$ 612,34 em maio de 2022; enquanto, por outro lado, o salário mínimo aumentou pouco mais de 20%, passando de R\$ 998,00 para R\$ 1212,00 no mesmo período.

Dito isto, quero ressaltar o que realmente importa em termos de economia: gerar condições adequadas para o bem viver, garantir trabalho digno e renda básica para a cidadania do povo pernambucano. Estas são minhas prioridades na atuação parlamentar neste campo; não me interessa o crescimento econômico por si só, pois ele pode gerar ainda mais pobreza quando



vem acompanhado da ampliação das desigualdades e do reforço da concentração de renda. No contexto de redução de desigualdades que é um eixo de minha atuação, eu pretendo contribuir para minorar a injusta desigualdade entre as pessoas e entre as regiões e municípios do nosso Estado. Isto se faz primeiramente com a garantia de renda básica para todos e todas, mas também com inteligência, planejamento, ousadia e disposição para correr riscos advindos da experimentação de novidades e não da restauração de uma improdutiva guerra ou de uma inocente esperança de que o cenário nacional e mundial melhore para que o nosso Estado também possa melhorar.

Além de garantir renda básica para a cidadania do povo pernambucano, a outra prioridade que definimos como base para minha atuação na Assembleia Legislativa no que tange à economia é inovar com responsabilidade fiscal e justiça social. Para tanto, é preciso deter o avanço neoliberal que compete para a redução das competências e possibilidades de atuação do Estado, barrar privatizações e reestruturar organismos públicos de pesquisa, planejamento e inovação científica e econômica; isto pode contribuir para nos reinserir no cenário de avanço econômico e estabelecer bases mais sólidas para o que os estudiosos contemporâneos têm denominado de industrialização 4.0, que tanto incorpora e desenvolve novas tecnologias quanto integra pessoas e espaços, distribui riquezas, supera preconceitos e gera desenvolvimento justo e sustentável.

Pelo exposto, destaco adiante as principais propostas que constituem meus compromissos de atuação como deputada estadual de Pernambuco em relação a este tema:

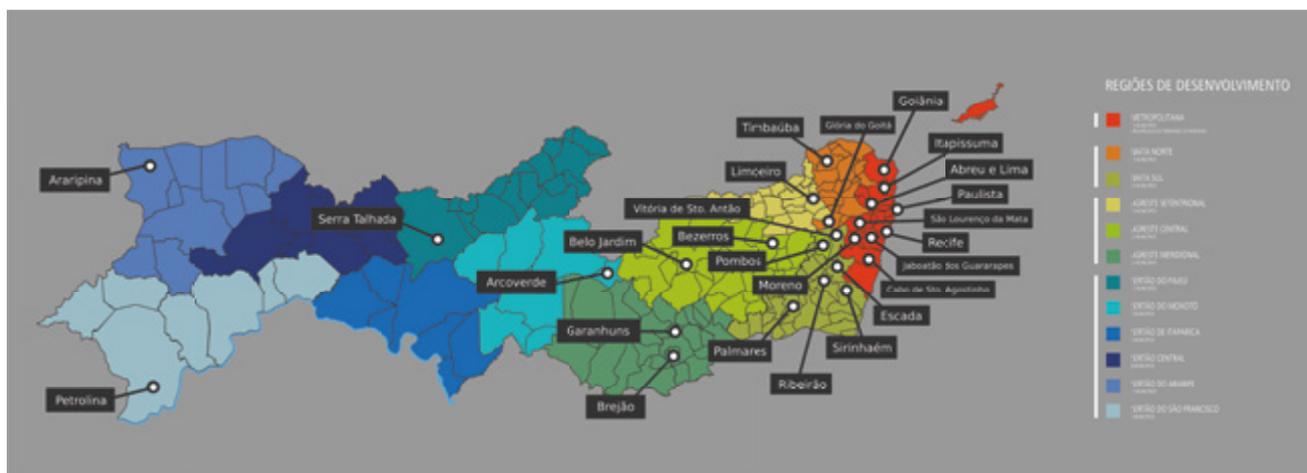
- Desenvolver mais estudos que comprovem a viabilidade econômica do projeto de renda básica de cidadania em âmbito estadual;
- Legislar para a garantia da renda básica de cidadania em âmbito estadual;
- Legislar visando à estabilização dos preços dos produtos que compõem a cesta básica no Estado;
- Apoiar a implantação e fortalecimento de Restaurantes Populares;
- Fortalecer as organizações solidárias que desenvolvem e implementam cozinhas comunitárias e restaurantes populares;
- Difundir princípios de economia solidária e cooperativismo;
- Mapear iniciativas exitosas de economia solidária e cooperativismo, difundi-las e envidar esforços para apoiá-las;
- Fiscalizar a implementação do disposto na Lei Estadual 12.823/2005, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pernambuco, bem como zelar pela implementação em nosso estado dos demais dispositivos legais de estímulo à economia solidária;
- Fiscalizar a implementação do disposto na Lei Estadual 15.688/2015, que institui a política de apoio e incentivo ao cooperativismo em Pernambuco, bem como zelar pela implementação em nosso estado dos demais dispositivos legais de estímulo ao cooperativismo;



- Defender a priorização de micro, pequenos e médios produtores nas políticas econômicas do Estado;
- Desenvolver estudos sobre a concentração fundiária no Estado;
- Desenvolver estudos sobre a prática de trabalhos em condições análogas à escravidão no território estadual;
- Legislar sobre a regulamentação de novas atividades laborais;
- Legislar sobre a regulamentação de novas atividades produtivas no âmbito da agricultura, do comércio, da indústria de transformação e dos serviços;
- Incentivar atividades produtivas que se enquadrem no âmbito da economia criativa, o que inclui também as atividades artístico-culturais;
- Incentivar atividades produtivas que se enquadrem no âmbito da economia digital;
- Incentivar artesanato;
- Investigar os principais programas de incentivos fiscais implementados no âmbito estadual, buscando identificar em que medida eles contribuíram para ampliar a atividade produtiva;
- Defender a implementação de programas de incentivo fiscal que contribuam para descentralizar a produção para as diversas regiões de Pernambuco, por meio de alíquotas diferenciadas que aumentem os subsídios em relação diretamente proporcional à distância das Regiões Metropolitanas, que são mais economicamente potentes;
- Defender a implementação de programas de incentivo fiscal que contribuam para a ampliação de atividades econômicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, notadamente no âmbito da economia criativa, solidária e/ou cooperativista, bem como da economia digital e do artesanato, atingindo prioritariamente micro, pequenos e médios produtores;
- Propor e defender a implementação de programas de incentivo ao trabalho digno de populações tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, marisqueiras e pescadoras;



- Atuar no parlamento estadual em articulação com lideranças das diversas regiões do Estado com vistas à ampliação do número de municípios que representam polos empresariais pernambucanos, atualmente limitado a 26 municípios bastante concentrados em torno da capital estadual, como se pode observar na figura a seguir



Fonte: <https://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/polos-empresariais/>, acesso em 26 jul. 2022

- Combater a estratégia neoliberal de desmonte do Estado que, sob o argumento de otimizar serviços públicos, concede tais serviços a grandes empresas privadas e reduz as capacidades estatais, tornando inócuos órgãos e instrumentos que deveriam coordenar políticas de desenvolvimento autônomas, justas e sustentáveis;
- Por fim, destaco a necessidade de uma agência de planejamento e indução do desenvolvimento econômico socialmente justo e ambientalmente sustentável em nosso estado, papel que institucionalmente cabe à ADEPE (Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco), uma autarquia estadual cuja gestão tem sido palco de disputas políticas e não de manifestações de competência técnica, o que infelizmente gera descontinuidade de suas diretrizes de ação. Criado como Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco em 1965, este órgão tem sofrido frequentes reformas administrativas que dificultam a consolidação de um modelo de gestão eficaz para alcançar sua missão que é atualmente expressa em termos de “Apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado por meio de ações indutoras e do apoio aos setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços e de artesanato com foco em inovação”. O compromisso de defender uma agência tecnicamente responsável e administrativa-mente autônoma - como efetivamente devem ser as autarquias - é parte do meu projeto de atuação parlamentar estadual.¹

¹ Bibliografia citada

BRITO, José. População pobre em municípios pernambucanos em 2022. Recife: UFPE, Departamento de Serviço Social, 2022.

SARABIA, Mônica Luize; MORA, Luis de la. Faces do desenvolvimento econômico em Pernambuco - Brasil. Desenvolvimento em Questão, Ano 19, n. 55, abr./jun. 2021. p. 93-114

VASCONCELOS, José Romeu de; VERGOLINO, José Raimundo. Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996. Brasília: Ipea, 1999. [TEXTO PARA DISCUSSÃO 628]







Agroecologia, soberania alimentar e meio ambiente

Este tópico é, de vários modos, um desdobramento do anterior, pois a diretriz de garantir renda básica de cidadania fundamenta minha atuação no que tange às políticas econômicas e, logo em seguida, coloco medidas de agroecologia, soberania alimentar e preservação do meio ambiente como baliza de minhas proposições econômicas, pois entendo que a economia deve servir a todas as pessoas e contribuir para o desenvolvimento da vida na Terra. Por isso, eu quero me somar na afirmação de que o estado que a gente quer é aquele em que se possa falar em justiça socioambiental e isso passa por muitos passos rumo a uma nova sociedade. Neste tema, o debate sobre agroecologia, sustentabilidade e formas de economia que sejam mais horizontais, justas e democráticas, que enfrentem o capitalismo, o racismo, o patriarcado e outras estruturas de opressão é o nosso horizonte desejado.

Não podemos aceitar que no Brasil atual mais de 120 milhões de pessoas vivam em insegurança alimentar e 33 milhões passem fome¹. Este número é mais de três vezes superior à população total de Pernambuco; ele indica que há muita gente entre nós sem ter o que comer. Isso representa o aprofundamento das desigualdades como princípio de governo e está acontecendo desde a chegada de Michel Temer à Presidência da República, mas se aprofundou com Bolsonaro e o bolsonarismo nas instâncias de poder. Esse cenário é agravado com o desemprego em massa. Pernambuco, junto com a Bahia, tem as piores taxas de desemprego do país e isso atinge, principalmente, as mulheres, a população negra e jovem². Esse cenário é fruto do descaso e desmonte das políticas públicas que lidam diretamente com a segurança e soberania alimentar. Tal desmonte não se limita ao nível federal, mas também se passa em nosso estado. Está em curso uma política que valoriza o agronegócio em detrimento das pequenas agricultoras e dos pequenos agricultores. Por isso, denunciamos o desmonte de várias

1 <https://www.poder360.com.br/brasil/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-diz-pesquisa/>

2 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/12/desemprego-cai-em-22-estados-no-2o-trimestre.ghtml>



políticas e programas (como o ProRural e o Projeto Pernambuco Mais Produtivo, dentre outros), atualmente faltam em Pernambuco acesso a crédito, assistência técnica e extensão rural para pequenos produtores. O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) tem cada vez menos estrutura e condições adequadas para exercer seu trabalho. Como estratégia de enfrentamento a esse cenário, está a garantia do acesso às sementes crioulas/nativas, que asseguram a soberania alimentar e a saúde.

Ligada à fome, está a problemática do acesso à terra e à água. Precisamos urgentemente enfrentar o problema da falta d'água no campo e na cidade e, nesse contexto, defendemos políticas mais efetivas de produção e acesso à água, além de conservação de nascentes. É uma questão que atinge de forma desigual a população e afeta, sobretudo, as áreas e pessoas mais pobres e periféricas. Também precisamos fazer do acesso de tecnologias de acesso à água das chuvas, do reuso de águas cinzas, entre outras, para o campo e a cidade. Neste sentido, é fundamental a defesa de programas de construção de cisternas como parte da justiça socioambiental, como o Programa Cisternas, desenvolvido pelo Governo Federal, sobretudo, durante as gestões petistas.

Quando falamos em enfrentar essas desigualdades, sobretudo, a fome, consideramos fundamental debater sobre agricultura familiar e agroecologia, seja em espaços rurais ou urbanos como estratégia fundamental de garantia dos direitos humanos, pois são os responsáveis por levar a comida saudável para a mesa do povo. Compreendemos que, sem agroecologia, não podemos pensar numa cidade, no estado ou no país que seja soberano, plural, justo e inclusivo para todas as pessoas. Precisamos urgentemente de políticas eficazes de proteção das nossas florestas, de redução dos agrotóxicos, de limpeza dos nossos manguezais, dos rios, das nascentes e precisamos também de políticas que atuem de modo eficaz no combate às mudanças climáticas. Não é aceitável que a gente viva num país em que 1% dos proprietários de terra controle quase 50% da área rural, o que mostra o absurdo da concentração fundiária e a urgência de uma reforma agrária popular para enfrentar as desigualdades que vivenciamos atualmente.

Também denunciemos o racismo ambiental, que coloca a população mais pobre para as áreas de encostas, de morros, ribeirinhas e palafitas onde se vive momentos de terror durante a época de chuvas, como a que vivenciamos no nosso estado recentemente, que matou mais de 130 pessoas em Pernambuco e deixou mais de 25 mil desabrigadas no Nordeste em maio e junho deste ano de 2022. O que tem acontecido é fruto das mudanças climáticas causadas pelos seres humanos, que intensificaram em 20% as chuvas nesta região, segundo pesquisadores³. Além disso, não podemos deixar de destacar que as mudanças climáticas são causadas, sobretudo, pelo sistema capitalista, pelo agronegócio fortalecido pelas gestões governamentais e pela falta de educação ambiental. É importante ressaltar que essas mudanças climáticas também impactam diretamente na produção agrícola e nos sistemas alimentares.

Entendemos que não existe uma dicotomia entre campo e cidade e que, nos territórios urbanos, não só é possível existirem políticas agrícolas, como acontecem cotidianamente. Há uma significativa diversidade de produção agrícola no interior das cidades, que acaba sendo invisibilizada, desvalorizada, precarizada, inclusive, pela falta de políticas públicas e incentivo

³ <https://marcozero.org/cientistas-calculam-que-mudancas-climaticas-intensificaram-em-20-chuvas-no-nordeste/>



à produção de alimentos nos próprios territórios em que vivemos. Sabemos da potência dos quintais produtivos no que tange à promoção da saúde e ao acesso à comida de qualidade; muitos destes quintais são protagonizados por mulheres, especialmente, as negras e periféricas, com seus saberes e experiências. Defendemos o fortalecimento e a visibilidade dos saberes tradicionais da produção de alimentos, que são passados pela oralidade e relacionam desde as plantas ornamentais às medicinais com a produção de alimentos e medicamentos naturais que permitem afirmar que muitas mulheres cultivam verdadeiras “farmácias vivas” nos seus terreiros. O cultivo de plantas medicinais, hortaliças e frutas contribui para a produção de alimentos e produtos fitoterápicos capazes de melhorar a vida em Pernambuco. Precisamos fortalecer e multiplicar a experiência das farmácias vivas e dos quintais produtivos. Isso precisa ir muito além das casas e comunidades em que já estão.

Em nossa perspectiva, é de extrema importância a implementação de políticas voltadas para a agricultura de base familiar. É fundamental que o planejamento e a construção dessas políticas se dê em conjunto com agricultores e agricultoras, reconhecendo suas vivências e apoiando suas iniciativas. Defendemos também que o Governo de Pernambuco busque formas de apoiar os municípios na execução das políticas voltadas a esse tema. Além disso, defendemos que políticas de assistência aos pescadores e às pescadoras artesanais, aos assentados e assentadas, às comunidades de reforma agrária, quilombolas, dentre outros. Nesse contexto, defendemos a titulação e a proteção dos territórios dos povos tradicionais, que são protagonistas da preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como de bancos de sementes, que são verdadeiros guardiões da biodiversidade. Trazemos aqui propostas das escutas que realizamos, da plataforma Direito ao Futuro, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), do Manifesto divulgado pela “Barqueata por Direitos e pelo Bem Viver das comunidades tradicionais pesqueiras do Recife”, bem como da Plataforma do Semiárido Pernambucano.

Pela defesa do direito a viver, a morar, a plantar e a produzir, propomos:

- Fomentar, a partir de financiamento público, a implantação de hortas nas escolas, pomares e quintais urbanos que priorizem práticas agroecológicas e participação popular através de financiamento público;
- Fomentar as políticas de compras públicas de alimentos da agricultura de base familiar, com estímulo especial para produtos de base agroecológica, através de mercados institucionais e monitorar o cumprimento da Lei Federal 11.947/2009, que, em seu Artigo 14, estabelece que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”;
- Apoiar a formação e fortalecimento de Redes Solidárias de Restaurantes Populares;
- Legislar pela criação de Banco Estadual de Alimentos;
- Apoiar bancos comunitários de sementes para fortalecimento de redes, formais e informais, de trocas e compartilhamento de experiências e saberes sobre sementes crioulas, nativas, ri-



queza de espécies e variedades;

- Reivindicar o apoio aos circuitos curtos de comercialização, como as feiras agroecológicas, pequenos mercados, pontos fixos de venda, vendas online como estratégias de fortalecimento de vínculos entre campo e cidade, bem como, à criação e à implementação de campanhas educativas de modo a estimular, na sociedade, uma cultura da alimentação saudável;
- Apoiar o incentivo ao cooperativismo como a forma adequada de organização social para a comercialização;
- Reivindicar que sejam asseguradas as condições para fortalecer a atuação das mulheres na agricultura, bem como seu acesso ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Incidir junto aos demais poderes públicos visando a fortalecer iniciativas de agricultura urbana e acesso a sementes crioulas;
- Apoiar a valorização de conhecimentos e práticas da gastronomia tradicional, em especial, das mulheres;
- Legislar para criação de fomento à produção das mulheres rurais;
- Apoiar saberes de povos e comunidades tradicionais relacionados ao uso, manejo e conservação do ambiente e da diversidade agrícola, em Pernambuco;
- Apoiar o fortalecimento e a multiplicação da experiência das farmácias vivas e dos quintais produtivos;
- Defender o reconhecimento e fortalecimento dos Detentores de Conhecimento Tradicional Associado às plantas;
- Legislar pela defesa do patrimônio biológico, cultural e sagrado de povos tradicionais e demais agricultores familiares;
- Defender a criação de política pública de conservação, multiplicação e resgate de sementes crioulas, bem como legislar para uma Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudas (de variedades e cultivares locais, tradicionais ou crioulas);
- Incidir em defesa da criação de um memorial de conhecimentos tradicionais de povos indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária, pescadores etc;
- Defender a reforma agrária popular, bem como promover a proteção, a regularização fundiária e a titulação de todos os territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
- Defender o saneamento para garantir o direito ao abastecimento com água limpa, tratamento dos efluentes com esgotamento e destinação adequada do lixo em todos os territórios urbanos e rurais;
- Defender a priorização nas peças orçamentárias (LDO, PPA e LOA) de recursos voltados para o fortalecimento das infraestruturas hídricas de captação, armazenamento e distribuição de água, priorizando a implantação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e de-



finindo como meta a universalização do acesso à água para o consumo humano e ampliação das estruturas hídricas de suporte à produção de alimentos, a partir do fortalecimento das ações de gestão participativa;

- Cobrar à gestão estadual que sejam assegurados recursos para investimentos em tecnologias sociais para produção de alimentos; energia; reuso de água e saneamento; recuperação e preservação de mananciais e nascentes, como biodigestores, fogões ecológicos, bioáguas, acompanhadas de sistemas florestais e quintais produtivos;
- Defender nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a previsão de recursos para fomento à agroecologia, bem como fiscalizar a execução financeira desta orçamentação;
- Reivindicar assistência técnica e extensão rural específica para mulheres com fundamento na agroecologia e na economia solidária feminista;
- Elaborar um Projeto de Lei que crie o Dia da Agroecologia como estratégia para ampliar o debate sobre o tema;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual 17.158/2021, que institui a Política Estadual de Agroecologia;
- Fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual 14.922/2013, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido;



- Reivindicar a reestruturação das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Pernambuco, de modo a garantir seu comprometimento com os princípios da agroecologia, economia solidária, soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Fomentar a implementação da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar de Pernambuco (PEATER-PE);
- Defender o fortalecimento das redes de Assistência Técnica e Rural (ATER) no estado;
- Cobrar da gestão estadual a criação de mecanismos de financiamento para capacitação contínua da Rede ATER;
- Defender a participação dos diversos agentes sociais da Agricultura Familiar nos espaços de formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas para um desenvolvimento rural sustentável;
- Legislar pela garantia do acesso à terra e permanência com condições dignas no meio rural, evitando disputas injustas e violências no campo;
- Defender o financiamento de pesquisas e experimentações, tendo as famílias agricultoras como sujeitos ativos de todo o processo, no âmbito da convivência com o semiárido e da perspectiva agroecológica;
- Cobrar o devido cumprimento do Decreto Estadual 45.1396/2017, que regulamenta a execução da Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco prevista pela Lei N^o 15.590/2015;
- Reivindicar a produção de dados estatísticos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco associado à criação do Sistema Estadual de Informação (SEIPA) sobre a Pesca Artesanal;
- Apoiar a revitalização dos rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jordão, Jaboatão e demais rios que desaguam no litoral do estado;
- Fomentar a inserção dos pescados oriundos da pesca artesanal na alimentação das escolas e instituições públicas de ensino, através da aquisição pelo Governo de Pernambuco.





Eu quero ir pra rua,
quero ganhar a luta
que eu travei.

Eu quero andar
pelo mundo
afora vestida

*DE BRILHO
E FLOR*

-EKENA



**BOTA ESSA
FLOR NA
CABEÇA**



Dani  **50.000**
Portela **Deputada Estadual**

 (81) 9.9194.8360

     **daniportelapsol**

 **daniportela.com.br**

